

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2016



bases
FUNDAÇÃO BANEB DE
SEGURIDADE SOCIAL

DIRETORIA EXECUTIVA

Dirlene Rios da Silva - Presidente
Jorge Luiz de Souza - Diretor Adm. e Financeiro
Ednaldo Moitinho Alves - Diretor de Seguridade

CONSELHO DELIBERATIVO

Adenivaldo Nunes de Almeida - Presidente
Antônio Alberto Pinto Brandão de Souza - Titular
Eduardo Augusto Furtado Correa - Titular
José Henrique Soares Serpa - Suplente
Marco Antônio Correa Santos - Suplente
Luis Artur Pereira Freitas - Suplente
Mirian Pinho Oliveira Rosa- Suplente

CONSELHO FISCAL

Antônio Martins Neto- Presidente
Dijalma Pacheco dos Santos - Titular
Silvadir Duarte Amazonas Pedroso - Titular
Janete Gomes Ramos de Carvalho - Suplente
Odeval Fonseca Araújo - Suplente
Walter José Fraga Miranda - Suplente

ÍNDICE

04	Mensagem da Diretoria
05	Panorama geral dos participantes em 2016
06	Receitas
07	Despesas
08	Cenário Econômico
10	Distribuição dos Investimentos
11	Demonstrativo de Investimentos
12	Rentabilidade
13	Custos com Administração de Recursos
14	Política de Investimentos
15	Demonstrações Atuariais do Plano Básico
21	Parecer Atuarial do Plano Básico
25	Demonstrações Atuariais do Plano Misto
31	Parecer Atuarial do Plano Misto
34	Balanco Patrimonial Consolidado
34	Demonstração do Ativo Líquido
35	Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
36	Demonstração da Mutação do Ativo Líquido
37	Demonstração das Provisões Técnicas
38	Demonstração Consolidada do PGA
38	Demonstração das Despesas Administrativas
39	Notas Explicativas
54	Relatório dos Auditores Independentes
56	Parecer do Conselho Fiscal
56	Manifesta�o do Conselho Deliberatvo

Seja muito bem-vindo!

É com grande satisfação que a Diretoria Executiva da BASES apresenta o Relatório Anual referente ao ano de 2016, com as principais informações que permitem a você acompanhar de perto o seu plano de benefícios.

O Relatório Anual de Informações é uma obrigação legal prevista na Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC nº 23, de 6/12/2006). O seu conteúdo está em consonância com os aspectos legais estabelecidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) através da Instrução Normativa nº 5, de novembro de 2013.

O ano de 2016 foi especialmente marcado pela chegada da Fundação ao seu 30º aniversário. Os 30 anos da BASES representam a luta e conquista de todos os participantes, colaboradores, dirigentes, antigos e atuais, que não pouparam esforços para que, com compromisso e responsabilidade, tenhamos uma Fundação sólida, madura e coerente com seus objetivos.

Relembramos, ainda, que em 2016 foi iniciado o Processo Eleitoral da BASES, amparado pelo artigo 35 da Lei Complementar 109/01, regulado pelo artigo 26, § 3º, do Estatuto da Entidade e, também, respaldado por pareceres jurídicos favoráveis a sua realização. O processo eleitoral, por enquanto, encontra-se sob apreciação da PREVIC, conforme amplamente divulgado nos veículos de comunicação da BASES.

No aspecto econômico-financeiro, os números do ano passado são bastante expressivos. A Fundação encerrou 2016 com rentabilidade acima da meta atuarial calculada para o ano nos dois planos de benefícios que administra. O desempenho positivo foi direcionado principalmente pelos bons resultados em renda variável e, também, em renda fixa.

Os resultados obtidos pela BASES em 2016 só foram possíveis devido ao empenho de todos os profissionais envolvidos. Os dados que estão disponibilizados a seguir comprovam a estabilidade e a evolução da nossa BASES, construída, dia a dia, pelos empregados da Entidade, Diretores, Conselheiros e, principalmente, por cada um de vocês, Participantes.

Temos a certeza de que nós estamos hoje bem mais preparados para enfrentarmos os desafios que surgirem pela frente.

Mais do que uma exigência legal, este documento representa a transparência na prestação de contas da gestão da BASES, compartilhando responsabilidades e conquistas. Mostrar os resultados alcançados ao final de um ano inteiro de trabalho é ter a sensação de dever cumprido.

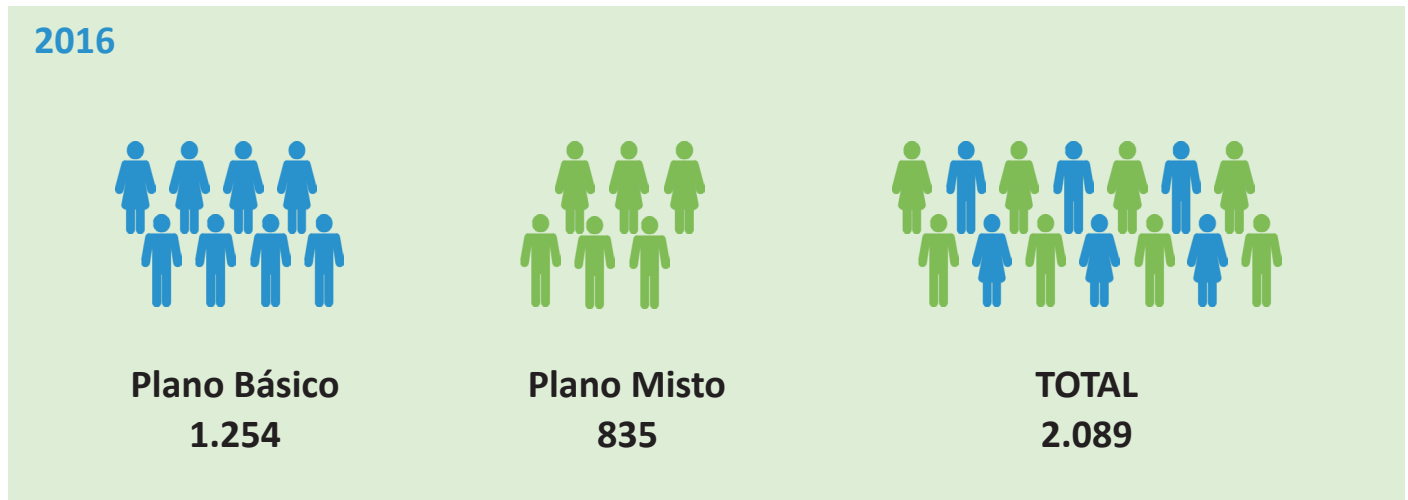
Convidamos você a conhecer e analisar a retrospectiva das nossas ações. Estamos à sua disposição.

Boa leitura.

Diretoria Executiva

▶ Panorama geral dos participantes em 2016

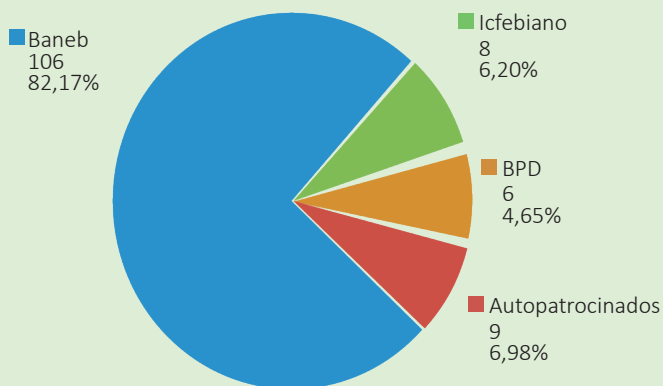
A BASES encerrou o exercício de 2016 com um total de 2.089 participantes ativos e assistidos, distribuídos entre os seus planos de benefícios. Desse total, 1.254 são participantes inscritos no Plano Básico e 835, no Plano Misto, conforme demonstrado abaixo. Veja também, a seguir, gráficos com a comparação do quantitativo em relação ao ano de 2015:



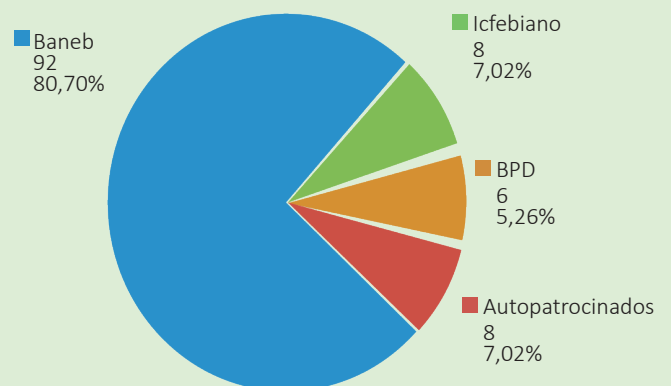
Participantes ativos por Plano

Plano Básico

2015 - 129 ativos

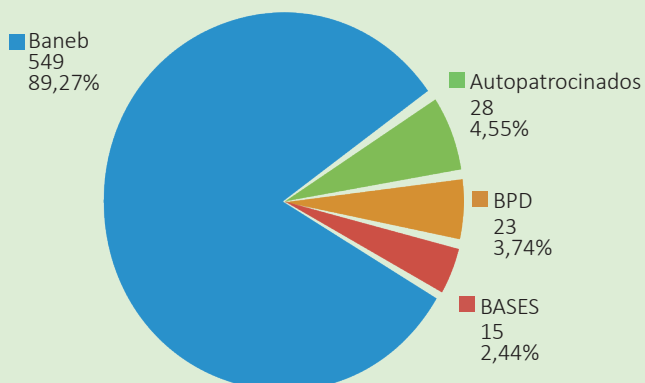


2016 - 114 ativos

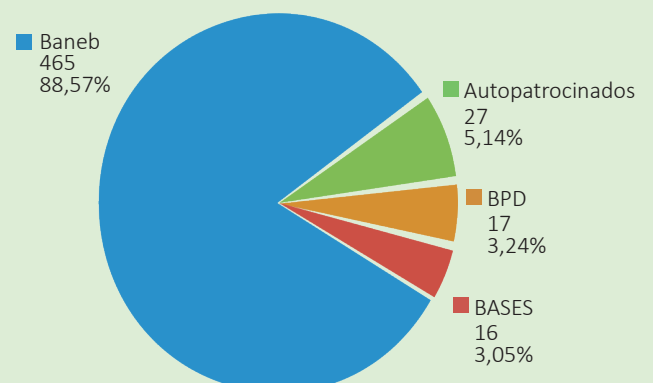


Plano Misto

2015 - 615 ativos



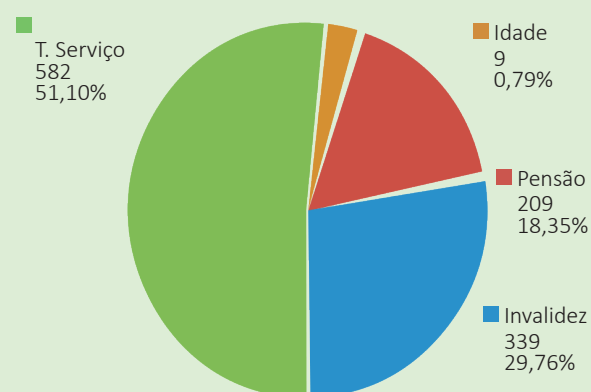
2016 - 525 ativos



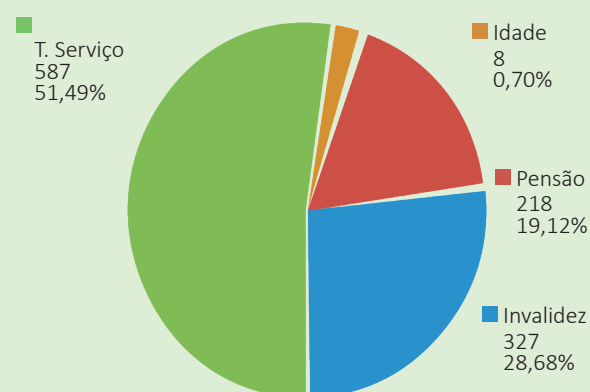
Participantes assistidos por Plano

Plano Básico

2015 - 1.139 assistidos

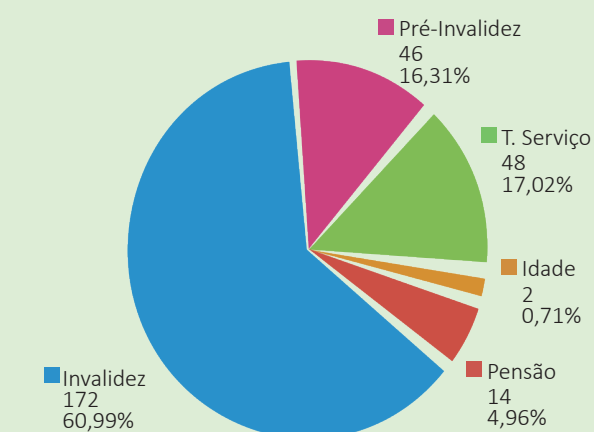


2016 - 1.140 assistidos

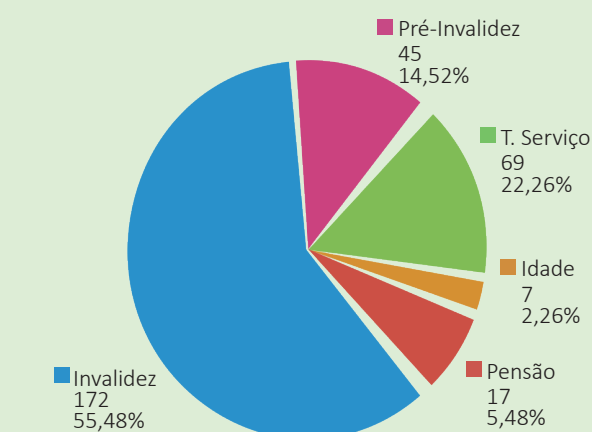


Plano Misto

2015 - 282 assistidos



2016 - 310 assistidos

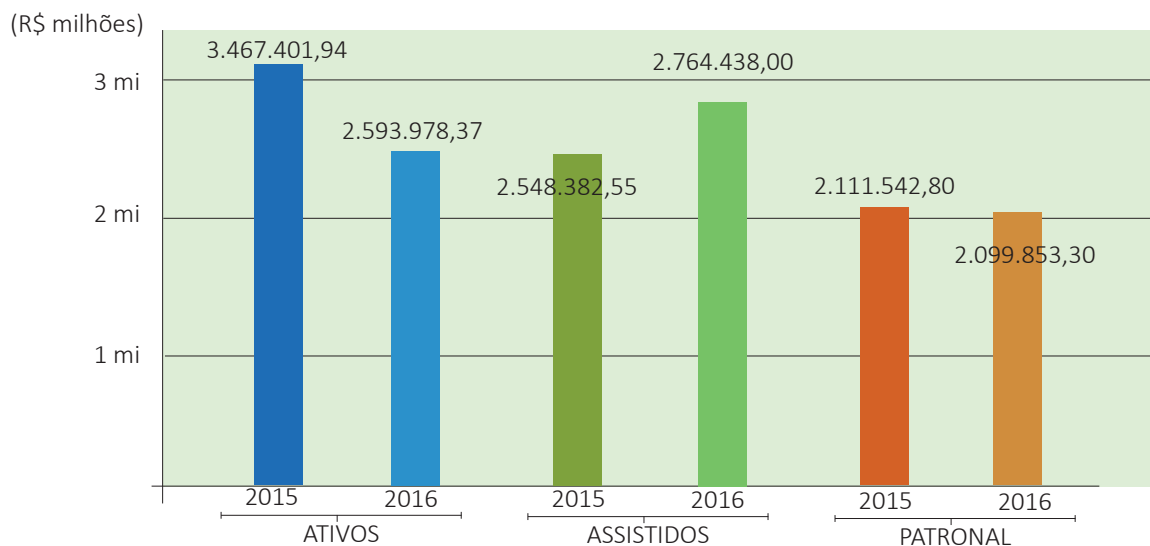


Receitas

As receitas dos Planos de Benefícios são representadas pelas contribuições dos patrocinadores, participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, bem como pelos rendimentos financeiros resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. Em 2016, as receitas, somados os dois Planos de Benefícios, alcançaram o valor de R\$ 7.458.269,67.

CONTRIBUIÇÕES	PLANO BÁSICO		PLANO MISTO	
	VALOR		VALOR	
	2015	2016	2015	2016
ATIVOS	417.379,44	419.115,54	3.050.022,50	2.174.862,83
ASSISTIDOS	2.548.382,55	2.764.438,00	-	-
PATRONAL	712.690,87	742.271,24	1.398.851,93	1.357.582,06
TOTAL	3.678.452,86	3.925.824,78	4.448.874,43	3.532.444,89

Contribuições 2016 - Valores Consolidados

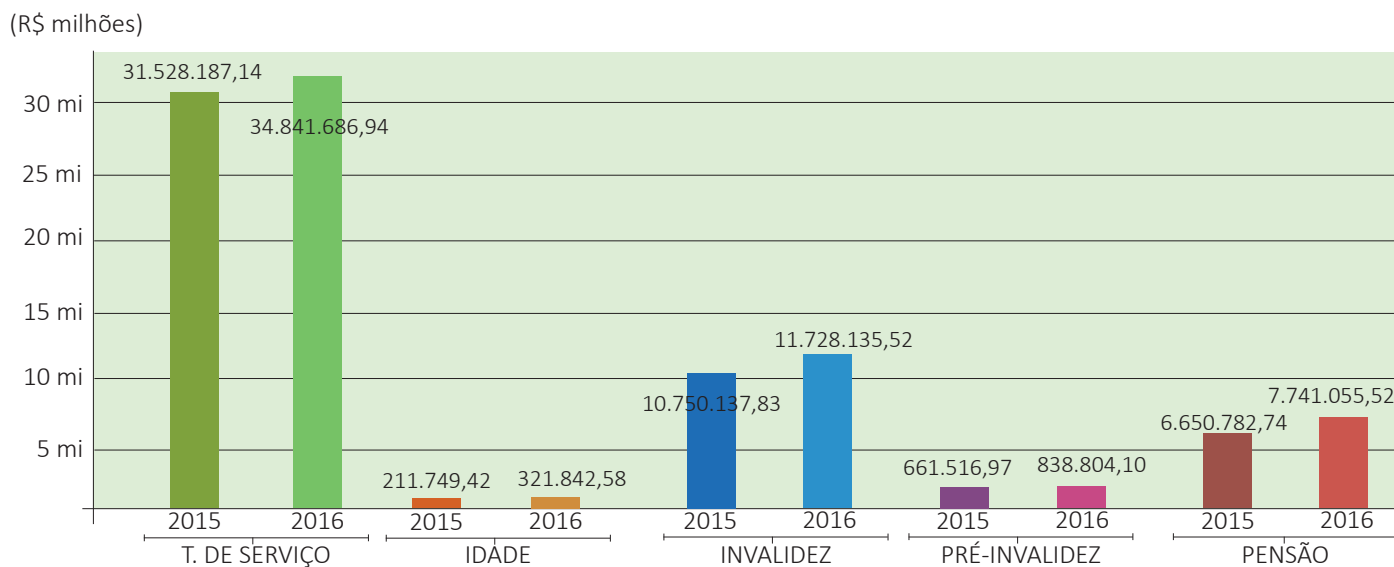


Despesas

As despesas previdenciais com a folha de benefícios no ano de 2016 foram de R\$ 55.471.524,66. A folha do Plano Básico totalizou R\$ 48.095.505,54 e a folha do Plano Misto, R\$ 7.376.019,12. A seguir, os quadros com a comparação entre os anos de 2015 e 2016.

	PLANO BÁSICO		PLANO MISTO	
	VALOR		VALOR	
	2015	2016	2015	2016
TEMPO DE SERVIÇO	30.095.979,57	32.986.599,47	1.432.207,57	1.855.087,47
IDADE	109.857,67	96.643,43	101.891,75	225.199,15
INVALIDEZ	7.290.077,07	7.748.840,10	3.460.060,76	3.979.295,42
PRÉ-INVALIDEZ	-	-	661.516,97	838.804,10
PENSÃO	6.276.858,47	7.263.422,54	373.924,27	477.632,98
TOTAL	43.772.772,78	48.095.505,54	6.029.601,32	7.376.019,12

Folha de Benefícios 2016 - Valores Consolidados





▮ Cenário Econômico

O ano de 2016 foi bastante conturbado. A economia brasileira viveu um período de retração geral na sua atividade econômica. No cenário doméstico tivemos impeachment, crise fiscal dos estados, PEC do teto dos gastos, proposta de reforma da previdência e pedido de recuperação judicial da Oi. No cenário Internacional dois eventos marcaram o ano o “Brexit”, que foi a saída do Reino Unido da UE- União Europeia e as eleições para Presidente dos Estados Unidos, culminando com a vitória de Donald Trump.

O Produto Interno Bruto (PIB), que são bens e serviços produzidos no país descontadas as despesas com os insumos utilizados no processo de produção durante o ano, é a medida do total do valor adicionado bruto gerado por todas as atividades econômicas, em 2016, segundo o IBGE, o PIB sofreu contração de 3,6% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 6,3 trilhões.

Com relação a inflação no país, de acordo com o BCB – Banco Central do Brasil, a inflação ao consumidor surpreendeu favoravelmente nos últimos meses, em parte, pelo comportamento dos preços dos alimentos, mas também com sinais de desinflação mais difundida, o que contribuiu para o recuo das expectativas de inflação de 2016 e 2017 apuradas pelas pesquisas Focus.

Em 2016 o IPCA fechou em 6,29%, sendo que a meta para a inflação e seu intervalo de tolerância fixados pelo Banco Central para o ano de 2016 era de meta para a inflação de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento), com intervalo de tolerância de menos dois pontos percentuais e de mais dois pontos percentuais.

Ainda segundo o BCB, Pesquisa Focus Relatório de Mercado, as expectativas de mercado referente as medianas das projeções para a variação anual do IPCA em 2017 diminuíram entre o final de setembro e 15 de dezembro, enquanto as relativas a 2018 e 2019 mantiveram-se em 4,50%. A mediana das expectativas para a inflação doze meses à frente – suavizada – passou de 5,15% para 4,87%, no mesmo período.

O dólar fechou 2016 com uma variação negativa de 17,69%, iniciou o ano com uma cotação de 3,95% e finalizou com 3,25%.

O IBOVESPA, principal índice do mercado acionário brasileiro encerrou 2016 com uma variação de 38,93%, tendo iniciado o ano com 43.349,96 pontos e finalizado com 60.227,29 pontos.

Estratégia

Os ativos consolidados dos Planos de Benefícios administrados pela BASES fecharam o ano de 2016 com R\$935 milhões. Quando comparado com o ano de 2015, houve uma evolução líquida de 4,77%, correspondente a um montante em torno de R\$42 milhões. O Plano Misto responde por cerca de R\$ 304 milhões dos recursos. Já o Plano Básico corresponde a aproximadamente R\$631 milhões.

A BASES possui uma estratégia de gerenciamento mista, ou seja, parte da gestão dos seus ativos é terceirizada e outra parte é própria. No entanto, a Fundação sempre acompanha, monitora e controla de forma contínua todos os resultados obtidos pela gestão terceirizada de forma integral.

Com relação à gestão terceirizada, aproximadamente 89,00% dos seus investimentos, equivalente a R\$831 milhões, estão sob a gestão da BRAM – Bradesco Asset Management através dos Fundos Bradesco FI Multimercado FEB BD (Plano Básico) e Bradesco FI Multimercado FEB II CD (Plano Misto).

Aproximadamente 11,00% dos seus investimentos, equivalente a R\$104 milhões, são gerenciados internamente pela equipe da área de Investimentos da Fundação. Esses recursos encontram-se divididos da seguinte forma: Carteira de Empréstimos a Participantes, com aproximadamente 2,00%, equivalente a R\$16 milhões; Carteira de Imóveis com aproximadamente 4,00%, equivalente a R\$42 milhões; e ainda R\$46 milhões na CEF – Caixa Econômica Federal, correspondendo a aproximadamente 5,00%.

Para 2017, a BASES pretende fazer poucas mudanças na carteira. O viés de diversificação dos ativos passa por uma atenção maior da Entidade devido ao cenário mais desafiador que se apresenta. No relatório FOCUS do BCB, de 13 de janeiro de 2017, projeta-se Taxa SELIC para o fim do período em 9,75% a.a.. As projeções de inflação e de taxa Seclic demonstram que o CDI não permitirá que as Fundações alcancem suas metas atuariais no futuro próximo.

A Fundação exerce suas atividades com boa fé, lealdade e diligência, zelando por elevados padrões éticos, adotando práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos participantes dos planos de benefícios.

Rentabilidade e resultados dos Investimentos

Apesar dos bons resultados apresentados ao final de 2016 para o setor, o sistema precisa ficar atento. Acredita-se que haverá ainda oportunidades em títulos públicos, mas os Fundos de Pensão terão que voltar a procurar ativos de maior risco, dado que a tendência de queda dos juros da economia, conforme abordado anteriormente.

A performance dos ativos administrados pela BASES foi impactada positivamente pelo desempenho do mercado acionário e das NTN-B's marcadas a mercado. O IBOVESPA fechou o ano de 2016 com uma variação acumulada de 38,93%, gerando ganhos de aproximadamente 25,00% para nossas posições de Renda Variável. Já os ganhos em NTN-B's marcadas a mercado apresentou certa volatilidade, mas entregou ganhos de aproximadamente 30,00% no ano.

A rentabilidade dos ativos dos planos de benefícios Básico e Misto da BASES ficou acima das suas metas atuariais, TMA – Taxa Mínima Atuarial INPC+5,00%aa e IGP-m+4,75%aa, respectivamente. O Plano Básico encerrou 2016 com uma rentabilidade de 12,67% contra uma TMA de 11,90%, ficando acima em 0,68%. Já o Plano Misto I encerrou 2016 com uma rentabilidade de 14,02% contra uma TMA de 12,28%, ficando acima em 1,55%.

Com relação ao Plano Misto a rentabilidade no segmento de Renda Fixa foi de 13,95%, acima em 1,49% da meta atuarial. No segmento de Empréstimos a rentabilidade foi de 17,43% e encontra-se 4,59% acima da TMA.

Já o Plano Básico a rentabilidade no segmento de Renda Fixa foi de 13,07% acima em 1,05% da TMA (INPC+5,00%a.a.) de 11,90% em 2016. No segmento de Empréstimos a rentabilidade foi de 16,24%, indicando que o segmento encontra-se 3,88% acima da sua meta de rentabilidade. No segmento de Estruturados a rentabilidade foi de 12,19%, indicando que encontra-se 0,26% acima da sua meta atuarial. Por fim, o segmento de imóveis teve desempenho negativo de 2,73% e encontra-se 13,07% abaixo da sua meta de rentabilidade. Tal desempenho decorreu do processo de alienação do Imóvel Ed. Bahia Mar, que foi contabilizado no ano de 2016, com recebimento financeiro para o ano de 2017, quando impactará na taxa de retorno deste segmento. Lembramos que em 2017, em decorrência de obrigações legais pertinentes aos Fundos de Pensão, teremos a reavaliação patrimonial desta carteira.

Distribuição dos Investimentos

PLANO BÁSICO	2015		2016	
	R\$	%	R\$	%
SEGMENTO				
RENDA FIXA	548.394.877,91	90,74%	579.811.850,82	91,84%
RENDA VARIÁVEL	0,00	0,00%	0,00	0,00%
ESTRUTURADO	51.470,09	0,01%	0,00	0,00%
EMPRÉSTIMO	8.825.749,22	1,46%	8.997.081,06	1,43%
IMÓVEIS	47.082.859,19	7,79%	42.501.077,76	6,73%
TOTAL PB	604.354.956,41	100,00%	631.310.009,64	100,00%
PLANO MISTO	2015	2016		
SEGMENTO	R\$	%	R\$	%
RENDA FIXA	281.932.062,75	97,71%	297.432.901,04	97,80%
RENDA VARIÁVEL	0,00	0,00%	0,00	0,00%
ESTRUTURADO	0,00	0,00%	0,00	0,00%
EMPRÉSTIMO	6.594.997,00	2,29%	6.689.812,52	2,20%
IMÓVEIS	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL PM	288.527.059,75	100,00%	304.122.713,56	100,00%
CONSOLIDADO	2015	2016		
SEGMENTO	R\$	%	R\$	%
RENDA FIXA	830.326.940,66	92,99%	818.587.346,22	87,51%
RENDA VARIÁVEL	0,00	0,00%	58.657.405,64	6,27%
ESTRUTURADO	51.470,09	0,01%	0,00	0,00%
EMPRÉSTIMO	15.420.746,22	1,73%	15.686.893,58	1,68%
IMÓVEIS	47.082.859,19	5,27%	42.501.077,76	4,54%
TOTAL GERAL	892.882.016,16	100,00%	935.432.723,20	100,00%

Demonstrativo de Investimentos - Plano Básico

PLANO BÁSICO	2015	2016
1. Gestão de Carteira Própria	78.289.490,03	83.753.634,78
1.1 Depósitos	132.230,81	18.450,06
1.2 Títulos Públicos	-	-
Títulos Privados	39.965.731,30	45.704.150,14
Ações	-	-
Operações Compromissadas	-	-
Participações em SPE	-	-
Derivativos Opções	-	-
Derivativos Termos	-	-
Derivativos Futuros	-	-
Derivativos Swaps	-	-
Empréstimos/Financiamentos	8.114.373,90	8.008.285,81
Carteira Imobiliária	47.082.859,19	42.501.077,76
Valores a Pagar	(17.005.705,17)	(12.478.328,99)
Exigível Contingencial/Investimentos	-	-
2. Fundos	508.348.385,81	534.089.160,69
BNY MELLON GTD FIP	51.470,08	-
BRADESCO FI MM FEB BD	508.296.915,73	534.089.160,69
3. Total Demonstrativo de Investimentos	586.637.875,84	617.842.795,47

Demonstrativo de Investimentos - Plano Misto

PLANO MISTO	2015	2016
1. Gestão de Carteira Própria	(632.235,12)	(1.043.947,11)
Depósitos	224.981,74	2.544,07
Títulos Públicos	-	-
Títulos Privados	-	-
Ações	-	-
Operações Compromissadas	-	-
Participações em SPE	-	-
Derivativos Opções	-	-
Derivativos Termos	-	-
Derivativos Futuros	-	-
Derivativos Swaps	-	-
Empréstimos/Financiamentos	5.675.959,66	5.482.288,35
Carteira Imobiliária	-	-
Valores a Pagar	(6.533.176,52)	(6.528.779,53)
Exigível Contingencial/Investimentos	-	-
2. Fundos	281.707.081,02	297.430.356,95
BRADESCO FI MM FEB II CD	281.707.081,02	297.430.356,95
3. Total Demonstrativo de Investimentos	281.074.845,90	296.386.409,84

Demonstrativo de Investimentos Plano de Gestão Administrativa

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	2015	2016
1. Gestão de Carteira Própria	1.592,53	174,30
Depósitos:	1.592,53	174,30
Títulos Públicos:	-	-
Títulos Privados:	-	-
Ações:	-	-
Operações Compromissadas:	-	-
Participações em SPE:	-	-
Derivativos Opções:	-	-
Derivativos Termos:	-	-
Derivativos Futuros:	-	-
Derivativos Swaps:	-	-
Empréstimos/Financiamentos:	-	-
Carteira Imobiliária:	-	-
Valores a Pagar:	-	-
Exigível Contingencial/Investimentos:	-	-
2. Fundos:	13.810.309,27	14.786.502,98
BRADESCO FI RF CP TOP BANCOS	-	2.181.798,25
BRADESCO FI RF DI FEDERAL EXTRA	13.810.309,27	12.604.704,73
3. Total Demonstrativo de Investimentos:	13.811.901,80	14.786.677,28

Rentabilidade

Rentabilidade dos Planos

Ano	Rentabilidade Acumulada	
	Plano Básico	Meta Atuarial
2015	12,16%	16,84%
2016	12,85%	11,90%

Ano	Rentabilidade Acumulada	
	Plano Misto	Meta Atuarial
2015	12,62%	15,79%
2016	12,11%	12,28%

Rentabilidade por Segmento de Aplicação

Plano Básico

PLANO BÁSICO	2015	2016
RENDA FIXA	13,18%	13,07%
RENDA VARIÁVEL	0,00%	0,00%
ESTRUTURADO	-11,35%	12,19%
EMPRÉSTIMO	16,31%	16,24%
IMÓVEIS	5,98%	-2,73%
PLANO (INVESTIMENTOS)	12,64%	12,85%

Plano Misto

PLANO MISTO	2015	2016
RENDA FIXA	13,08%	13,95%
RENDA VARIÁVEL	0,00%	0,00%
ESTRUTURADO	0,00%	0,00%
EMPRÉSTIMO	18,00%	17,43%
IMÓVEIS	0,00%	0,00%
PLANO (INVESTIMENTOS)	13,25%	14,02%

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	2015	2016
RENDA FIXA	13,07%	13,70%
RENDA VARIÁVEL	0,00%	0,00%
ESTRUTURADO	0,00%	0,00%
EMPRÉSTIMO	0,00%	0,00%
IMÓVEIS	0,00%	0,00%
PGA (INVESTIMENTOS)	13,07%	13,70%

Custos com Administração de Recursos

Plano Básico

PLANO BÁSICO	1º SEMESTRE 2016				2º SEMESTRE 2016				ANO	
	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE		R\$	%
DESPESAS	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
TX ADM.	86.424,78	77,92%	91.512,55	78,06%	91.068,85	72,51%	84.237,77	73,24%	353.243,95	75,36%
PERFORMANCE	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TX ANBIMA	875,30	0,79%	1.750,60	1,49%	875,30	0,70%	875,30	0,76%	4.376,50	0,93%
TX CETIP	7.203,51	6,50%	7.413,40	6,32%	7.171,36	5,71%	6.917,07	6,01%	28.705,34	6,12%
TX SELIC	2.533,40	2,28%	2.617,93	2,23%	2.703,85	2,15%	2.697,65	2,35%	10.552,83	2,25%
AUDITORIA	-	0,00%	-	0,00%	5.110,05	4,07%	-	0,00%	5.110,05	1,09%
CUSTÓDIA	-	0,00%	-	0,00%	4.641,95	3,70%	6.479,82	5,63%	11.121,77	2,37%
CVM	13.799,42	12,44%	13.799,42	11,77%	13.799,42	10,99%	13.799,42	12,00%	55.197,68	11,78%
DESP. BMF	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
OUTROS	71,40	0,06%	133,71	0,11%	230,18	0,18%	12,48	0,01%	447,77	0,10%
TOTAL	110.907,81	100%	117.227,61	100%	125.600,96	100%	115.019,51	100%	468.755,89	100%

Plano Misto

PLANO MISTO	1º SEMESTRE 2016				2º SEMESTRE 2016				ANO	
	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE		R\$	%
DESPESAS	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
TX ADM.	47.858,67	72,18%	51.009,48	72,38%	50.696,28	66,91%	46.843,80	64,63%	196.408,23	41,90%
PERFORMANCE	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TX ANBIMA	702,50	1,06%	1.405,00	1,99%	875,30	1,16%	702,50	0,97%	3.685,30	0,79%
TX CETIP	5.812,71	8,77%	6.037,18	8,57%	6.046,26	7,98%	5.978,95	8,25%	23.875,10	5,09%
TX SELIC	1.531,88	2,31%	1.537,64	2,18%	1.540,94	2,03%	1.544,06	2,13%	6.154,52	1,31%
AUDITORIA	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
CUSTÓDIA	-	0,00%	-	0,00%	2.578,34	3,40%	3.603,37	4,97%	6.181,71	1,32%
CVM	10.349,57	15,61%	10.349,57	14,69%	13.799,42	18,21%	13.799,42	19,04%	48.297,98	10,30%
DESP. BMF	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
OUTROS	52,32	0,08%	133,71	0,19%	230,18	0,30%	12,48	0,02%	428,69	0,09%
TOTAL	66.307,65	100%	70.472,58	100%	75.766,72	100%	72.484,58	100%	285.031,53	60,81%

Consolidado

CONSOLIDADO	1º SEMESTRE 2016				2º SEMESTRE 2016				ANO	
	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE		R\$	%
DESPESAS	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
TX ADM.	134.283,45	75,77%	142.522,03	75,93%	141.765,13	70,40%	131.081,57	69,91%	549.652,18	72,92%
PERFORMANCE	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TX ANBIMA	1.577,80	0,89%	3.155,60	1,68%	1.750,60	0,87%	1.577,80	0,84%	8.061,80	1,07%
TX CETIP	13.016,22	7,34%	13.450,58	7,17%	13.217,62	6,56%	12.896,02	6,88%	52.580,44	6,98%
TX SELIC	4.065,28	2,29%	4.155,57	2,21%	4.244,79	2,11%	4.241,71	2,26%	16.707,35	2,22%
AUDITORIA	-	0,00%	-	0,00%	5.110,05	2,54%	-	0,00%	5.110,05	0,68%
CUSTÓDIA	-	0,00%	-	0,00%	7.220,29	3,59%	10.083,19	5,38%	17.303,48	2,30%
CVM	24.148,99	13,63%	24.148,99	12,87%	27.598,84	13,71%	27.598,84	14,72%	103.495,66	13,73%
DESP. BMF	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
OUTROS	123,72	0,07%	267,42	0,14%	460,36	0,23%	24,96	0,01%	876,46	0,12%
TOTAL	177.215,46	100%	187.700,19	100%	201.367,68	100%	187.504,09	100%	753.787,42	100,00%

Política de Investimentos

Aderência à Política de Investimentos de 2016

SEGMENTOS	RESOL. 3792	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2016	ENQUADRAMENTO BASES 2016		
			PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	PGA
Renda Fixa	100%	100%	91,84%	97,80%	100%
Renda Variável	70%	20%	0,00%	0,00%	0,00%
Invest. Estruturados	20%	20%	0,00%	0,00%	0,00%
Invest. no Exterior	10%	0%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimo a Participantes	15%	5%	1,43%	2,20%	0,00%
Imóveis	8%	8%	6,73%	0,00%	0,00%
Total			100,00%	100,00%	100,00%

Quadro Resumo da Política de Investimentos para o ano de 2017

TAXA MÍNIMA/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PERÍODO DE REFERÊNCIA	INDEXADOR	PLANO	TAXA DE JUROS
01/2017 a 12/2017	INPC	Plano de Benefício Definido- Básico CNPB: 19.860.002-65	5,00%
01/2017 a 12/2017	IGP-M	Plano Misto de Benefícios Previdenciários CNPB: 19.980.037-11	4,75%
01/2017 a 12/2017	DI-CETIP	Plano de Gestão Administrativa- PGA	0,00%

DOCUMENTAÇÃO RESPONSÁVEL

Aprovação na Ata da 307ª Reunião do Conselho Deliberativo, de 16/12/2016

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

PERÍODO	SEGMENTO	NOME	CARGO
01/01/2017 a 31/12/2017	Plano	Jorge Luiz de Souza	Diretor Administrativo e Financeiro

CONTROLE DE RISCO

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	Outros
Realiza o apreamento de ativos financeiros: Não	Dispõe de Manual: Não	Realiza Estudos de ALM: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não	(Apenas para os Planos Básico e Misto)

ALOCAÇÃO DE RECURSOS - Período de Referência: 01/2017 a 12/2017

PLANO BÁSICO

SEGMENTO	MÍNIMO %	MÁXIMO %	ALVO%
RENDA FIXA	0	100	90
RENDA VARIÁVEL	0	70	20
IMÓVEIS	0	8	8
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0	15	5
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0	20	5
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0	10	5

PLANO MISTO

SEGMENTO	MÍNIMO %	MÁXIMO %	ALVO%
RENDA FIXA	0	100	90
RENDA VARIÁVEL	0	70	20
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0	15	5
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0	20	5
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0	10	5

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

SEGMENTO	MÍNIMO %	MÁXIMO %	ALVO%
RENDA FIXA	0	100	100

Demonstrações Atuariais do Plano Básico

I - INFORMAÇÕES CADASTRAIS:

Entidade:
Código: 0012-1
CNPJ: 14.855.753/0001-93
Sigla: BASES
Razão Social: FUNDACAO BANE DE SEGURIDADE SOCIAL=BASES
Plano:
CNPB: 1986.0002-65
Sigla: BÁSICO
Nome: PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO (BÁSICO)
Situação: ATIVO / EM TRANSFERÊNCIA DE
Característica: PATROCINADOR
Modalidade: BENEFÍCIO DEFINIDO
Legislação Aplicável: LC 109
Atuário:
Nome: JOSÉ ROBERTO SANTOS MONTELLO
MIBA / MTE: 426
Empresa: JESSÉ MONTELLO SERVIÇOS TÉCNICOS EM ATUÁRIA E ECONOMIA LTDA

II - INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Motivo da Avaliação: Avaliação Atuarial de encerramento do Exercício de 2016
Data do Cadastro: 31/10/2016
Data da Avaliação: 31/12/2016
Observações: Base outubro de 2016, com a provisão de reajuste utilizando o INPC do IBGE, para colocar a preços de dezembro de 2016, no que se refere a Avaliação Atuarial. Plano em extinção desde 01/07/1998.

III - INFORMAÇÕES SOBRE A DURATION DO PASSIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS:

Duration do passivo (em meses): 115,80
Observações: Duração do passivo, equivalente a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do Plano, líquidos de contribuições normais de assistidos e das patrocinadoras incidentes sobre esses benefícios e das contribuições extraordinárias dos assistidos e das patrocinadoras referentes a esses assistidos, calculado por meio de planilha eletrônica divulgada na página da PREVIC.

IV - DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Grupo de Custeio:
Patrocinadores e Instituidores:
BANE CORRETORA DE SEG. S/A: 14.560.304/0001-18
FUNDACAO BANE DE SEGURIDADE SOCIAL: 14.855.753/0001-93
BANCO ALVORADA S/A: 33.870.163/0001-84
Participantes Ativos: 117 (102 ativos + 9 autopatrocinados + 6 benefícios proporcionais diferidos).
Folha de Salário Real de Benefício: $13 \times R\$ 634.522,50 = R\$ 8.248.792,50$
Tempo médio de contribuição (meses): 358
Tempo médio para aposentadoria (meses): 12

Seção das hipóteses atuariais:

1) Hipótese: Taxa Real Anual de Juros

Valor: 5% ao ano.
Quantidade esperada no exercício seguinte: 5% ao ano.
Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 5,84%.
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido no exercício encerrado: Ao longo de 2016, a rentabilidade real obtida pelo Patrimônio de Cobertura foi de 5,84% ao ano, superando a meta atuarial real de rentabilidade de 5,00% ao ano esperada para o exercício de 2016, sendo relevante destacar as colocações apresentadas, a seguir como Opinião do Atuário e como Justificativa da EFPC.

Opinião do Atuário: Com base no Fluxo Probabilístico de Despesas com Benefícios e de Receitas de Contribuições elaborado pela JESSÉ MONTELLO para os anos futuros de existência esperada do Plano, contados a partir de 31/12/2015, foi elaborado em fevereiro de 2016 por Consultoria Financeira contratada pela BASES para o Plano Básico, o Estudo Técnico de Adequação da Taxa Real de Juros Atuarial do Plano Básico, contendo a perspectiva de rentabilidade média auferida nos anos futuros, para definição da premissa de Taxa Real de Juros a ser utilizada na Avaliação Atuarial de 31/12/2016.

Conforme apresentado no JM/1557/2016, o estudo apresentou expectativa de retorno real de 6,43% ao ano, indicando que a car-

teira atual de ativos é compatível com uma taxa de juros real de até 6,43% ao ano, que encontra-se dentro do intervalo estabelecido pela Portaria PREVIC Nº 186 de 28/04/2016, para a Duração do Passivo de 9,91 anos, que varia de 4,33% ao ano até 6,59% ao ano e neste contexto, a BASES optou pela manutenção da Taxa de Juros de 5,00% ao ano, tomando por base inclusive que esta Taxa de Juros é convergente com a projeção de retornos da carteira de investimentos do Plano.

Justificativa EFPC: A Bases realizou estudo de aderência das taxas de juros elaborado pela Riskoffice com base em fevereiro/2016 que afirma que para as projeções do plano observamos rentabilidades projetadas superiores à taxa de juros real de referência, pelo prazo da duration do passivo (10 anos). A média dos retornos (considerando a mediana) para o prazo da duration do passivo foi de 6,43% ao ano (retorno real), portanto, superior, e aderente conforme Instrução n.º 23/2015. Neste contexto, o Conselho Deliberativo definiu pela manutenção da Taxa Real de Descontos / Juros, no patamar de 5% ao ano, devendo passar pela avaliação dos estudos econômico-financeiros sobre a viabilidade de obtenção dessa taxa real de retorno dos investimentos ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano.

2) Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário (Anual)

Valor: 4,88% ao ano (em média) ao longo dos anos remanescentes de atividade (1,83% ao ano de Crescimento Salarial por Mérito Pessoal e 3% ao ano para projeção de Crescimento do SRB).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 4,88%.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,00%.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Ao longo de 2016, o crescimento do Salário Real de Benefício não se situou em patamar superior ao projetado pela inflação medida pelo INPC do IBGE no período, tendo sido projetado para o ano de 2016, com aval da Patrocinadora, um crescimento real de 0,00% ao ano.

Opinião do Atuário: Esse crescimento real de salário, aplicável tão somente aos Participantes do Plano que estão em atividade no Patrocinador, foi obtido através do estudo realizado pelo JM/1557/2016, considerando 2 (dois) componentes: i) Mérito Pessoal, obtido através de uma “cross section” das distribuições dos Salários Médios por grupo quinquenal de idade, através de um ajustamento logarítmico em função da idade, projetado em 1,83% ao ano e; ii) Projeção exponencial de Crescimento no SRB: Calculada com base na perspectiva de crescimento real do Salário Real de Benefícios – SRB, tomando por base o estabelecido no Regulamento do Plano, projetado em 3% ao ano. Tal crescimento, considerando esses 2 (dois) componentes, é da ordem de 4,88% ao ano, o que é bastante prudente para a avaliação atuarial do exercício de 2016, o qual será constantemente analisado, inclusive baseado nas políticas de aumentos salariais da Patrocinadora, considerando a taxa média de crescimento real dos salários (taxa média de crescimento acima da inflação), que a Patrocinadora estima dar ao longo dos anos futuros aos atuais empregados, seja por mérito pessoal, ou seja, por produtividade geral, em conformidade com o item 1.2 do Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006.

Justificativa EFPC: Os resultados obtidos através do Estudo de Adequação de Hipóteses do Plano Básico 2016 para os grupos quinquenais de idade de Participantes Ativos do Plano Básico indica a projeção de crescimentos salariais médios por mérito pessoal de 1,83% ao ano para os Participantes em Atividade no Patrocinador ao longo dos anos futuros de existência do Plano.

Bem como de acordo com o estabelecido no Regulamento do Plano em relação a apuração do valor do Salário Real de Benefícios – SRB, foi necessário projetar uma perspectiva de Crescimento Real no SBR de 3% ao ano, baseado no campo de perspectiva de projeção de inflação pelo Banco Central do Brasil ao longo dos próximos anos.

Neste contexto, tendo em vista a necessidade de utilização da hipótese atuarial de crescimento salarial de forma prospectiva para definir os valores projetados dos salários durante o período laborativo do participante, visando a permitir a correta apuração dos compromissos do Plano, a BASES, por prudência atuarial, utilizará a função logarítmica que resulta na projeção de um crescimento salarial médio de 1,83% ao ano e a função exponencial que projeta um crescimento no Salário Real de Benefícios de 3% ao ano.

3) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários

Valor: 100%.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 100%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 100%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Considerando a Opinião do Atuário, tanto a quantidade ocorrida no exercício encerrado, quanto ao esperado no exercício seguinte, assumem o valor 100,00%.

Opinião do Atuário: Como na avaliação atuarial se trabalha com o Salário Real de Benefício, que é a média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição, já está embutido nessa média o Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários, não sendo necessária a adoção dessa hipótese.

Justificativa EFPC: Essa hipótese foi adotada de acordo com informações apresentadas pelo patrocinador.

4) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade

Valor: 98,00% (compatível com uma inflação média de 3,6% ao ano, ao longo dos anos futuros).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 98,00%.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 95,99%.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido no exercício encerrado: A inflação de janeiro a dezembro de 2016, medida pelo INPC do IBGE com defasagem de 1 mês, ficou em 7,39%, ou seja, acima da inflação média projetada para o ano de 2016 em 3,6% ao ano

Opinião do Atuário: O Fator de Capacidade representa a perda do poder aquisitivo das famílias, em função da inflação, ou seja,

quando aplicado aos benefícios, apresenta o valor real de compra das famílias, entre dois reajustes sucessivos. Nesse caso, o conceito de “capacidade” está associado ao nível real dos benefícios ao longo do tempo, dado que os reajustes ocorrem uma vez ao ano e a inflação ocorre mensalmente.

Assim, o Fator de Capacidade é calculado em função do nível esperado de inflação de longo prazo e da frequência de reajustes no período, a fim de refletir os ganhos financeiros em virtude da perda do poder aquisitivo em termos reais, uma vez que o retorno dos investimentos ocorre mensalmente e os reajustes ocorrem anualmente.

Dessa forma, quanto maior a projeção de inflação (Indexador do Plano ou Inflação Oficial do País – utilizada na indexação dos Títulos Públicos) para os anos futuros, menor o Fator de Capacidade (poder de compra das famílias), e, conseqüentemente, maior será a expectativa de ganhos financeiros (investimentos) ao longo do tempo entre 2 reajustes sucessivos.

O Fator de Determinação do valor real, ao longo do tempo, dos Benefícios do Plano utilizado foi de 98,00% (ou 0,98) na avaliação atuarial de 31/12/2016, projetando uma inflação média anual de aproximadamente 3,6%, que se encontra no intervalo da meta de inflação apresentada pelo Banco Central do Brasil para 2017.

Justificativa EFPC: O fator de capacidade utilizado atualmente é o de 0,98 (ou 98%), ou seja, projeta uma inflação média anual de 3,6%, que se encontra dentro do referido campo de variação da meta de inflação apresentada pelo Banco Central do Brasil que está compreendido entre 3,00% ao ano e 6,00% ao ano, e, sendo que, a média inflacionária foi da ordem de 7% ao ano nos últimos 3 e 5 anos (com influência da alta observada no ano de 2015), porém próxima do limite inferior de 2,5% ao ano, o que representa maior segurança para avaliação atuarial.

5) Hipótese: Rotatividade

Valor: Nula.

Quantidade esperada no exercício seguinte: Nenhuma saída (já que se está trabalhando com rotatividade nula).

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido no exercício encerrado: Ver a opinião do Atuário.

Opinião do Atuário: Considerando tratar-se de um Plano fechado desde 01/07/1998, com reduzido quantitativo de empregados participantes e com idade média próxima à idade de entrada em benefício de aposentadoria programada, é de se esperar que os empregados participantes, que venham a perder o vínculo empregatício com o Patrocinador antes de preencher as condições para entrar em gozo de benefício, optem pelo instituto do autopatrocínio ou pelo instituto do benefício proporcional diferido, o que representa uma expectativa de que não deva ocorrer saída sem direito a benefício.

Justificativa EFPC: Adotou-se taxa de rotatividade nula, compatível com as informações apresentadas pelo patrocinador e com a opção pelo Benefício proporcional diferido por parte de todos os que percam o vínculo empregatício com o patrocinador antes da entrada em gozo de benefício.

6) Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral

Valor: “qx da AT2000 (segregada por sexo) desagravada em 15%”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 11,76.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 8.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido no exercício encerrado: A diferença entre a quantidade de mortes ocorrida de 8 casos e a esperada no exercício encerrado de 11 casos, projetada pela Tábua de Mortalidade utilizada no encerramento do exercício de 2015, está compatível com o novo teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentado pelo JM/1557/2016, considerando um período recente não inferior a 3 anos, que demonstrou a necessidade da adoção da Tábua de Mortalidade “qx da AT2000 (segregada por sexo) desagravada em 15%”, em função inclusive de que a quantidade de mortes projetadas pela Tábua de Mortalidade anteriormente adotada estava se situando em patamar superior a quantidade de mortes efetivamente ocorridas.

Opinião do Atuário: Foram apresentados através do JM/1557/2016, os estudos de aderência de tábuas de mortalidade, envolvendo a experiência observada na mortalidade geral do Plano, que nos levaram à conclusão de que a Tábua de Mortalidade Geral “qx da AT2000 (segregada por sexo) desagravada em 15%” deve ser adotada em função do nível de aderência apresentado à mortalidade dos aposentados sem ser por invalidez e dos pensionistas vitalícios não inválidos, de modo que possa representar ao longo dos anos futuros o nível de sobrevivência/mortalidade geral.

Justificativa EFPC: Com base no estudo de aderência de tábuas de mortalidade enviado pelo atuário através do JM/1557/2016, nos posicionamos pela adoção da Tábua de Mortalidade Geral “qx da AT2000 (segregada por sexo) desagravada em 15%” para projetar o nível de mortalidade geral no Plano.

7) Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos

Valor: “ $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina)”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 4,03.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 6.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido no exercício encerrado: A diferença entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, está compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo JM/1557/2016, considerando um período recente não inferior a 3 anos.

Opinião do Atuário: Foram apresentados através do JM/1557/2016, os estudos de aderência de tábuas de mortalidade, envolvendo a experiência observada na mortalidade de inválidos do Plano, que nos levaram à conclusão de que a Tábua de Mortalidade Geral “ $q_x = q_x$ da AT-83 (masculina)” deve ser mantida em função do nível de aderência apresentado à mortalidade dos aposentados por

invalidez e dos pensionistas vitalícios inválidos, de modo que possa representar ao longo dos anos futuros o nível de sobrevivência/mortalidade de inválidos.

Justificativa EFPC: Com base no estudo de aderência de tábuas de mortalidade enviado pelo atuário através do JM/1557/2016, nos posicionamos pela manutenção da Tábua de Mortalidade de Inválidos “ $q_x = q_x$ da AT-83 (masculina)” para projetar o nível de mortalidade geral no Plano.

8) Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez

Valor: LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 5%.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 1,88.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido no exercício encerrado: A diferença entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, está compatível com o teste de Aderência de Tábua de Entrada em Invalidez apresentada pelo JM/1557/2016, considerando um período recente não inferior a 3 anos.

Opinião do Atuário: Foram apresentados através do JM/1557/2016, os estudos de aderência de tábuas de entrada em invalidez, que indicou a manutenção da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 5%, destacando ser necessário o acompanhamento permanente dos novos casos de entrada em benefício de aposentadoria por invalidez para, quando necessário, ajustar essa hipótese biométrica.

Justificativa EFPC: A Entidade optou pela manutenção da Tábua de Entrada em Invalidez para a LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 5%, sugerida pelo atuário responsável pelo plano de benefícios, por esta apresentar aderência ao Plano básico da BASES, conforme teste apresentado no JM/1557/2016.

9) Hipótese: Composição de Família de Pensionistas

Valor: Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Pensões por Morte e Experiência Regional, revista em 2016 pelo Novo Hx(12), nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos e Benefícios Concedidos de Aposentadorias e suas respectivas Reversões em Pensão por Morte.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 1.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido no exercício encerrado: O esperado para o exercício seguinte toma por base o ocorrido no exercício encerrado, que foi calculado considerando a média dos beneficiários vitalícios por participante / grupo de pensionistas.

Opinião do Atuário: É adotada a Família Efetiva para os Benefícios de Pensões por Morte já Concedidos desde a avaliação atuarial de 31/12/2012. Dessa forma, os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos e os Benefícios de Aposentadorias e suas respectivas Reversões em Pensão por Morte estão sendo avaliados pela Composição de Família correspondente à Experiência Regional, que foi revista através do Novo Hx(12) durante o exercício de 2016, a fim de adequar a Hipótese para os Benefícios a Conceder e ajustar a composição familiar dos Benefícios de Aposentadorias já Concedidos pelo Plano para algo mais próximo a composição familiar efetiva com base no cadastro da BASES.

Justificativa EFPC: Com a adoção da família efetiva para avaliar os compromissos relativos aos Benefícios de Pensões por Morte já Concedidos e a adoção da composição de família correspondente à Experiência Regional para os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos e os Benefícios de Aposentadorias e suas respectivas Reversões em Pensão por Morte, que foi revista através do Novo Hx(12) durante o exercício de 2016, trabalhamos efetivamente com a composição familiar baseada no cadastro de dependentes existente na Entidade para os benefícios de pensões já concedidas e buscamos adequar a Hipótese para os Benefícios a Conceder, bem como ajustar a avaliação atuarial dos Benefícios de Aposentadorias já Concedidos pelo Plano mais próxima a avaliação pela composição familiar efetiva com base no cadastro da BASES.

10) Hipótese: Indexador do Plano

Valor: INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 3,60%.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 7,39%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: O índice de 7,39% corresponde ao INPC-IBGE, de dezembro/2015 a novembro/2016, aplicado sobre os benefícios, com um mês de defasagem. Deve-se destacar que o indexador esperado para o exercício seguinte corresponde a uma estimativa, com base na hipótese do Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade.

Opinião do Atuário: O indexador em questão se baseia na projeção de que a política de reajuste dos benefícios da Previdência Social tomará por base a inflação dada pelo INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem.

Justificativa EFPC: Em conformidade com o Regulamento de Benefícios do Plano, o INPC do IBGE é o Indexador estabelecido para recompor o valor dos benefícios de prestação continuada.

11) Hipótese: Entrada em Aposentadoria

Valor: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 58

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 12

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido no exercício encerrado: A diferença entre a quantidade ocorrida no exer-

cício encerrado e a esperada no exercício encerrado, está compatível com a perspectiva de saída mediante concessão da complementação de aposentadoria.

Opinião do Atuário: No Regulamento do Plano, para o caso de saída antecipada de participantes que entrem em benefício de aposentadoria por tempo de serviço normal ou especial, está prevista a aplicação de redutores que levam a que os valores das correspondentes Provisões (Reservas) Matemáticas não superem aos que estão sendo constituídos para a entrada em benefício de aposentadoria no momento em que o participante preencha as condições para recebimento do benefício pleno. Portanto, a Avaliação Atuarial do Plano, considera, conforme previsto no Regulamento, a saída antecipada de participantes que entrem em gozo de benefício de aposentadoria normal ou especial.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

Seção dos Benefícios:

REFERÊNCIA	BENEFÍCIOS				GERAL
	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	IDADE	INVALIDEZ	PENSÃO	2016
ESTATÍSTICA					
Qtd de benefícios recebidos	584	8	327	208	1.127
Valor médio do benefício	4.323,55	929,26	1.772,97	2.696,51	3.259,12
Idade média dos assistidos (em anos)	71	77	63	70	68
Provisão Matemática Benefícios Concedidos					
VABF Programados- Assistidos	376.627.266,51	2.718.623,13	-	21.307.354,37	400.653.244,01
VABF Não Programados- Assistidos	-	-	146.027.158,13	26.006.417,72	172.033.575,85
Provisão Matemática Benefícios a Conceder					
BD Capitalização Programado (2)					
VABF	31.073.931,40	-	-	-	31.073.931,40
VACF Patrocinadores	(178.141,07)	-	-	-	(178.141,07)
VACF Participantes	(85.105,66)	-	-	-	(85.105,66)
BD Capitalização Não Programado					
VABF	-	-	9.145.156,87	2.322.417,98	11.467.574,85
VACF Patrocinadores	-	-	(52.682,35)	(13.378,72)	(66.061,07)
VACF Participantes	-	-	(25.169,61)	(6.391,84)	(31.561,45)
Custo do Ano - Participante Não Assistido	947.951,23	-	57.329,11	40.419,08	1.045.699,43
Custo do Ano - Participante Assistido	-	-	-	-	3.444.748,24

NOTA: Valores estatísticos na posição de 31/10/2016, Provisões Matemáticas Reavaliadas e Custo do Ano Líquido em 31/12/2016.

Seção das provisões matemáticas a constituir e contratos:

Déficit Equacionado

Patrocinador:-

Participantes Ativos:-

Assistidos:-

Serviço Passado

Patrocinador:-

Participantes Ativos:-

Assistidos:-

Outras Finalidades:

Patrocinador:-

Participantes Ativos:-

Assistidos:-

Seção do Patrimônio de Cobertura:

Patrimônio de Cobertura: R\$ 619.222.947,36

Insuficiência de Cobertura:-

Seção dos fundos previdenciais atuariais:

Finalidade:-

Fonte de Custeio:-

Recursos Recebidos no Exercício:-

Recursos Utilizados no Exercício:-

Saldo: R\$-

Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:

Patrocinador:-

Participantes Ativos:-

Assistidos:-

Informações Adicionais:

Resultado positivo do exercício: R\$-

Resultado negativo do exercício: R\$ 1.531.457,79 (*1)

Déficit Técnico: R\$-

Reserva de Contingência: R\$ 4.355.490,50

Reserva Especial para Revisão de Plano: R\$-

Ajuste de Precificação: R\$ (7.660.470,03) (*2)

Equilíbrio Técnico Ajustado: R\$ (3.304.979,53)

(*1) Valor obtido a partir dos valores dos Patrimônios de Cobertura do Plano de 31/12/2016 e de 31/12/2015 informados pela BASES.

(*2) O Ajuste de Precificação, calculado pela BASES para o Plano na posição de 31/12/2016, tomando por base a Taxa Real de Juros de 5,00% ao ano, foi de R\$ (7.660.470,03), considerando os requisitos apresentados aos títulos públicos federais atrelados a índices de preços, conforme estabelecido pelo Art. 9º da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015.

Plano de Custeio:

1) Contribuições Previdenciais Normais do Patrocinador:

% Contribuição do Patrocinador \times (13 \times Folha de Salário dos Participantes Ativos do Plano)

8,383% \times (13 \times R\$ 634.522,50) = R\$ 691.496,28.

2) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador- Equacionamento de Déficit:-

3) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – serviço passado:-

4) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Outras Finalidades:-

5) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Ativos:

% Contribuição do Participante \times (13 \times Folha de Salário dos Participantes Ativos do Plano)

4,294% \times (13 \times R\$ 634.522,50) = R\$ 354.203,15

6) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Equacionamento de Déficit:-

7) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Serviço Passado:-

8) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Outras Finalidades:-

9) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Assistidos:

% médio de Contribuição Normal do Participante Assistido \times (13 \times Folha de Benefício dos Participantes Assistidos)

8,00% \times (13 \times R\$ 3.312.257,94) = 3.444.748,25

10) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos- Equacionamento do Déficit: -

11) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos- Serviço Passado:-

12) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos- Outras Finalidades:-

13) Utilização de fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar:-

14) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial- Patrocinador:-

15) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial- Participantes:-

16) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial- Assistidos:-

17) Início de vigência do plano de custeio: 1º de abril de 2017.

Parecer Atuarial do Plano Básico

1 - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para os participantes do Plano de Benefícios Definidos da BASES, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela BASES, resultou no custo total puro de 13,282% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (excluída a contribuição normal de 8% dos participantes aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios), conforme descrito a seguir:

REFERÊNCIA	CUSTO (%)	
	ANO ANTERIOR	ANO ATUAL
TIPO DE BENEFÍCIO		
APOSENTADORIAS *1	10,153%	11,492%
INVALIDEZ	0,346%	0,215%
PENSÃO POR MORTE	0,010%	0,010%
PECÚLIO POR MORTE*2	0,957%	0,960%
AUXÍLIO RECLUSÃO *2	-%	-%
SUB-TOTAL (1)	11,466%	12,677%
SUPLEMENTAR	-	-
ADMINISTRAÇÃO *3	2,024%	2,237%
SUB-TOTAL (2)	2,024%	2,237%
TOTAL (1)+(2)	13,490%	14,914%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Custo apresentado junto com o custo da Pensão por Morte.

*3: Custo coberto por contribuições paritárias entre Participantes e Patrocinador: 15% das Contribuições Normais.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2016, a idade média dos Participantes Ativos é de 61 anos.

2) O custo total carregado com a sobrecarga administrativa de 15%, reavaliado em 14,914% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2016, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos da BASES, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais *1	Em %
	Ano Anual
Referência	
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	5,052%
Contribuição Normal do Patrocinador *2	9,862%
Sub-Total	14,914%
Contribuição Suplementar	-
Total Contribuições (Patrocinador + Participantes Ativos)	14,914%
Contribuições Normais dos Assistidos	9,41%
Aposentados Assistidos	9,41%
Pensionistas Assistidos	-

*1: Contribuições Normais carregadas com a sobrecarga administrativa de 15%.

*2: A contribuição do Patrocinador, de acordo com o Regulamento do Plano, teve uma redução de 0,605% de acordo com a letra "b" do item IV do art. 101 a partir de maio de 2016.

NOTA: A contribuição dos autopatrocinados, com base nos resultados da presente avaliação atuarial, relativa à parcela que os mesmos fazem à parte do Patrocinador, deverá ser ajustada, a partir do início de vigência do Plano de Custeio para o exercício de 2017, para o correspondente a 1,952279 vezes a contribuição que fazem relativamente à parte do Participante.

A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 14,914% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado em 31/12/2015, de 14,914% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado em 31/12/2016.

3) Para o exercício de 2017, o Plano de Custeio do Plano Básico continuará sendo elaborado tomando por base as Contribuições

Normais vigentes no Regulamento do Plano, tais sejam:

I – contribuição mensal dos participantes não assistidos, mediante o recolhimento de um percentual do salário de participação, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Art. 101 do Regulamento do Plano;

II – contribuição mensal dos participantes assistidos, mediante o recolhimento de percentuais do benefício concedido pelo PLANO, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Art. 101 do Regulamento do Plano; e

IV – contribuição mensal dos PATROCINADORES, mediante o recolhimento de percentuais da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Art. 101 do Regulamento do Plano.

NOTA: Nas contribuições referidas acima não está incluso o rateio paritário das despesas administrativas, a qual será paga paritariamente (participante e patrocinadora), através da taxa de carregamento, que para o exercício de 2017 corresponderá a 15% da respectiva contribuição normal.

2 - Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2015 para o final do ano 2016 considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

(valores em R\$) Referência	31/12/2015	31/12/2016	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	540.747.095,27	572.686.819,86	5,91%
Provisão de Benefícios a Conceder	41.106.661,9	42.180.637,00	2,61%
Provisão Matemática a Constituir (*1)	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	581.853.757,17	614.867.456,86	5,67%

3 - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefício Definido (Plano Básico) da BASES, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), em razão do fechamento do Plano, em 01/07/1998, a novas adesões de participantes, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial de 31/12/2015, com exceção a adoção da Tábua de Mortalidade Geral “qx da AT2000 (segregada por sexo) desagravada em 15%”, adoção do Crescimento Real do Salário de Participação em 1,83% ao ano, adoção do Crescimento Real do Salário de Benefícios em 3% ao ano e da adoção do Novo Hx(12), considerando que estarão sendo mantidas a partir de 01/04/2017 as Contribuições Normais vigentes no Regulamento do Plano (e, nesse contexto, não está sendo utilizada qualquer parcela do resultado acumulado no exercício anterior e contabilizado como Reserva de Contingência para reduzir contribuições vigentes), apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 4.355.490,50, equivalente a 0,70% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 619.222.947,36.

2- O Superávit Técnico Acumulado que está sendo apurado no encerramento deste exercício de 2016, de R\$ 4.355.490,50, que após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (3.304.979,53), tendo em vista que o valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,00% ao ano e o valor contábil desses títulos, totalizou R\$ (7.660.470,03) em 31/12/2016.

Este Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (3.304.979,53) equivale a 0,54% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 614.867.456,86 na posição de 31/12/2016 e como a Duração do Passivo do Plano foi calculada na posição de 31/12/2016 em 9,65 anos, conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 26/2008, observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômica financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, considerando que o Equilíbrio Técnico Ajustado negativo é inferior ao limite calculado em $1\% \times (\text{duração do passivo de } 9,65 \text{ anos} - 4)$, que resulta em um limite de Equilíbrio Técnico Ajustado negativo que pode ser mantido no Plano Básico de até 5,65% das Provisões Matemáticas na posição de 31/12/2016, para o Equilíbrio Técnico Ajustado negativo apurado neste encerramento do exercício de 2016, equivalente a 0,54% das Provisões Matemáticas, não é obrigatório que seja elaborado e/ou aprovado, durante o exercício de 2017, um plano de equacionamento.

3) A rentabilidade nominal líquida obtida ao longo de 2016 pelo Patrimônio de Cobertura do Plano foi de 13,66% contra uma meta atuarial de rentabilidade líquida de 12,76%, o que, em termos reais, representou obter uma rentabilidade líquida de 5,84% contra uma meta atuarial de 5% ao ano, tomando como indexador o INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem) e adotando-se o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas informados pela BASES, na obtenção das referidas rentabilidades.

4) Foram adotadas as seguintes Hipóteses Atuariais na Avaliação Atuarial de 31/12/2016:

i) Tábua de Mortalidade Geral: qx da AT-2000 (segregada por sexo) desagravada em 15%.

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: da AT-83 (masculina).

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 5%.

iv) Rotatividade: Considerada Nula.

- v) Taxa real de juros/desconto: 5,00% ao ano.
- vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: 4,88% ao ano.
- vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: Não aplicável, por se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição.
- viii) Composição Familiar: Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Pensões por Morte e Experiência Regional, revista em 2016 pelo Novo Hx(12), nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos e Benefícios Concedidos de Aposentadorias e suas respectivas Reversões em Pensão por Morte.
- ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 98,00% (compatível com uma inflação anual média de 3,6% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).
- x) Entrada em Aposentadoria calculada considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.
- 5) Devemos destacar que o setor responsável da BASES nos informou que não há contrato de dívidas contabilizado no ativo vigente em 31 de dezembro de 2016.

4 - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais apresentadas nesta DA e o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios do Plano, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela BASES, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial de 31/12/2016, refletida nesta DA.

5 - Variação do Resultado Superavitário/Deficitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

REFERÊNCIA	VALOR
Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2015 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2016 (*1)	R\$ 6.638.122,89
Ganho decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2015 ter sido superior à rentabilidade líquida correspondente à meta atuarial de rentabilidade (*2)	R\$ 4.558.101,69
Perda pela adoção da Tábua de Mortalidade Geral AT2000 (segregada por sexo) desagradada 15%	R\$ (7.665.143,52)
Perda pela adoção do Crescimento Real do Salário de Participação de 1,83% ao ano	R\$ (336.045,19)
Perda pela adoção do Crescimento do Salário Real de Benefícios de 3,00% ao ano	R\$ (1.447.352,12)
Perda pela adoção do Novo H _x ⁽¹²⁾	R\$ (2.191.397,88)
Ganho pela revisão realizada nos valores de Salários Reais de Benefícios – SRB de Participantes (*3)	R\$ 3.808.543,82
Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*4)	R\$ 990.660,81
Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2016	R\$ 4.355.490,50
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	-
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-
a) Resultado Realizado	R\$ 4.355.490,50
a.1) Superávit Técnico Acumulado	R\$ 4.355.490,50
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	-
b) Ajuste de Precificação	R\$ (7.660.470,03)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b) (*5)	R\$ (3.304.979,53)

(*1): R\$ 6.638.122,89 = R\$ 5.886.948,29 x 1,1276 (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Valor calculado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela BASES para 31/12/2016 (Patrimônio Contábil) e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2015 evoluído para 31/12/2016 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade.

(*3): Procedimento realizado pela BASES tomando por base o cadastro de Participantes do Plano existente no exercício de 2016.

(*4): Equivale a 0,16% do valor total das Provisões Matemáticas reavaliadas em 31/12/2016 em R\$ 614.867.456,86 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício de 2016. Sendo pelo princípio da imaterialidade / irrelevância desse ganho residual, está sendo designado como "Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas", já que se trata de um Plano de Benefícios do tipo Benefício Definido e de natureza solidária e grupal, com uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

(*5): Equilíbrio Técnico Ajustado calculado com base na legislação vigente, que representa 0,54% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2016, que foi de R\$ 614.867.456,86, além de ser o percentual a ser observado no caso de equacionamento de resultado deficitário.

6 - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

O Superávit Técnico Acumulado apurado em 31/12/2016 de R\$ 4.355.490,50, nos termos da legislação vigente, foi registrado como Reserva de Contingência, cujo o objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, à luz da legislação vigente, é caracterizado, em parte, como sendo de origem conjuntural, sabendo que no exercício de 2016 foram obtidos resultados de rentabilidade acima do projetado para o período, não sendo, passível de destinação e utilização facultativa ou obrigatória, tendo em vista inclusive que este Resultado Técnico, após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIC nº

19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (3.304.979,53), equivalente a 0,54% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 614.867.456,86.

7 - Soluções para Equacionamento do Déficit:

Apesar de não ser determinada obrigatoriamente a necessidade de realização de um plano de equacionamento ao longo do exercício de 2017 para o Equilíbrio técnico Ajustado negativo apurado no encerramento do exercício de 2016, de R\$ (3.304.979,53), que equivale a 0,54% do valor total das Provisões Matemáticas obtido em 31/12/2016, nos termos estabelecidos pelo Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, situações de déficit que vem sendo apresentadas exigem o necessário monitoramento e controle por parte dos Dirigentes e Conselheiros da Entidade, com todo o auxílio técnico de nossa Consultoria Atuarial. Neste contexto, para evitar a evolução do desequilíbrio apurado, realizamos o acompanhamento constante das Avaliações Atuariais (que serão realizadas pelo Método Direto no encerramento de cada exercício em atendimento a legislação vigente e quando necessário de forma adicional, por caráter intermediário) e das necessidades do Plano Básico da BASES de forma a promover, no tempo adequado, os ajustes e atualizações do custeio do Plano e de seus parâmetros atuariais, requeridos para manutenção permanente de seu equilíbrio econômico e financeiro, oferecendo soluções para qualquer desequilíbrio apresentado, que atendidas as restrições legais, sejam compatíveis com a necessidade de liquidez do Plano e a capacidade de pagamento dos Participantes, Assistidos e da Patrocinadora sem gerar insolvência financeira ao Plano de Benefícios.

8 - Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes desde 01/07/1998, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado continuou sendo adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria, de Pensão por Morte, Auxílio Reclusão e de Pecúlio por Morte, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2017.

Gabriel Pimentel Sátyro
Atuário MIBA 2799

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

Demonstrações Atuariais do Plano Misto

I - INFORMAÇÕES CADASTRAIS:

Entidade:

Código: 0012-1

CNPJ: 14.855.753/0001-93

Sigla: BASES

Razão Social: FUNDACAO BANEB DE SEGURIDADE SOCIAL-BASES

Plano:

CNPB: 1998.0037-11

Sigla: MISTO I

Nome: PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS Nº 001

Situação: ATIVO / EM TRANSFERÊNCIA DE

Característica: PATROCINADOR

Modalidade: CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Legislação Aplicável: LC 109

Atuário:

Nome: JOSÉ ROBERTO SANTOS MONTELLO

MIBA / MTE: 426

Empresa: JESSÉ MONTELLO SERVIÇOS TÉCNICOS EM ATUÁRIA E ECONOMIA LTDA

II - INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Motivo da Avaliação: Avaliação Atuarial de encerramento do Exercício de 2015

Data do Cadastro: 31/10/2016

Data da Avaliação: 31/12/2016

Retificadora: Não

Tipo: Completa

Observações: Base outubro de 2016, com a provisão de reajuste utilizando o IGP-M da FGV, para colocar a preços de dezembro de 2016, no que se refere a Avaliação Atuarial.

III - INFORMAÇÕES SOBRE A DURATION DO PASSIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS:

Duration do passivo (em meses): 146,52

Observações: Duração do passivo, equivalente a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do Plano, líquidos de contribuições normais de assistidos e das patrocinadoras incidentes sobre esses benefícios e das contribuições extraordinárias dos assistidos e das patrocinadoras referentes a esses assistidos, calculado por meio de planilha eletrônica divulgada na página da PREVIC.

IV - DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Grupo de Custeio:

Patrocinadores e Instituidores:

BANEB CORRETORA DE SEG. S/A: 14.560.304/0001-18

FUNDACAO BANEB DE SEGURIDADE SOCIAL: 14.855.753/0001-93

BANCO ALVORADA S/A: 33.870.163/0001-84

Participantes Ativos: 576 (533 ativos + 26 autopatrocinados + 17 benefícios proporcionais diferidos).

Folha de Salário Real de Benefício: $13 \times R\$ 3.427.189,36 = R\$ 44.553.461,68$

Tempo médio de contribuição (meses): 334

Tempo médio para aposentadoria (meses): 40

Seção das hipóteses atuariais:

1) Hipótese: Taxa Real Anual de Juros

Valor: 4,75% ao ano

Quantidade esperada no exercício seguinte: 4,75%.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 4,64%.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido no exercício encerrado: Ao longo de 2016, a rentabilidade real obtida pela variação do valor da Cota do Plano Misto foi de 4,64% ao ano, não alcançando assim a meta atuarial real de rentabilidade de 4,75% ao ano esperada para o exercício de 2016, sendo relevante destacar as colocações apresentadas, a seguir como Opinião do Atuário e como Justificativa da EFPC.

Opinião do Atuário: Com base no Fluxo Probabilístico de Despesas com Benefícios e de Receitas de Contribuições elaborado pela JESSÉ MONTELLO para os anos futuros de existência esperada do Plano, contados a partir de 31/12/2015, foi elaborado em fevereiro de 2016 por Consultoria Financeira contratada pela BASES para o Plano Misto, o Estudo Técnico de Adequação da Taxa Real de Juros Atuarial do Plano Básico, contendo a perspectiva de rentabilidade média auferida nos anos fu-

turos, para definição da premissa de Taxa Real de Juros a ser utilizada na Avaliação Atuarial de 31/12/2016.

Conforme apresentado no JM/1558/2016, o estudo apresentou expectativa de retorno real de 7,57% ao ano, indicando que a carteira atual de ativos é compatível com uma taxa de juros real de até 7,57% ao ano, que encontra-se dentro do intervalo estabelecido pela Portaria PREVIC Nº 186 de 28/04/2016, para a Duração do Passivo de 12,43 anos, que varia de 4,35% ao ano até 6,62% ao ano e neste contexto, a BASES optou pela manutenção da Taxa de Juros de 4,75% ao ano, tomando por base inclusive que esta Taxa de Juros é convergente com a projeção de retornos da carteira de investimentos do Plano.

Justificativa EFPC: A Bases realizou estudo de aderência das taxas de juros elaborado pela Riskoffice com base em fevereiro/2016 que afirma que para as projeções do plano observamos rentabilidades projetadas superiores à taxa de juros real de referência, pelo prazo da duration do passivo (12,43 anos). A média dos retornos (considerando a mediana) para o prazo da duration do passivo foi de 6,57% ao ano (retorno real), portanto, superior, e aderente conforme instrução. Neste contexto, o Conselho Deliberativo definiu pela manutenção da Taxa Real de Descontos / Juros, no patamar de 4,75% ao ano, devendo passar pela avaliação dos estudos econômico-financeiros sobre a viabilidade de obtenção dessa taxa real de retorno dos investimentos ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano.

2) Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário (Anual)

Valor:-

Quantidade esperada no exercício seguinte:-

Quantidade ocorrida no exercício encerrado:-

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:-

Opinião do Atuário:-

Justificativa EFPC:-

3) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários

Valor:-

Quantidade esperada no exercício seguinte:-

Quantidade ocorrida no exercício encerrado:-

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:-

Opinião do Atuário:-

Justificativa EFPC:-

4) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade

Valor: 98,00% (compatível com uma inflação média de 3,6% ao ano, ao longo dos anos futuros).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 98,00%.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 95,99%.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido no exercício encerrado: A inflação de janeiro a dezembro de 2016, medida pelo INPC do IBGE com defasagem de 1 mês, ficou em 7,39%, ou seja, acima da inflação média projetada para o ano de 2016 em 3,6% ao ano.

Opinião do Atuário: O Fator de Capacidade representa a perda do poder aquisitivo das famílias, em função da inflação, ou seja, quando aplicado aos benefícios, apresenta o valor real de compra das famílias, entre dois reajustes sucessivos. Nesse caso, o conceito de “capacidade” está associado ao nível real dos benefícios ao longo do tempo, dado que os reajustes ocorrem uma vez ao ano e a inflação ocorre mensalmente.

Assim, o Fator de Capacidade é calculado em função do nível esperado de inflação de longo prazo e da frequência de reajustes no período, a fim de refletir os ganhos financeiros em virtude da perda do poder aquisitivo em termos reais, uma vez que o retorno dos investimentos ocorre mensalmente e os reajustes ocorrem anualmente.

Dessa forma, quanto maior a projeção de inflação (Indexador do Plano ou Inflação Oficial do País – utilizada na indexação dos Títulos Públicos) para os anos futuros, menor o Fator de Capacidade (poder de compra das famílias), e, conseqüentemente, maior será a expectativa de ganhos financeiros (investimentos) ao longo do tempo entre 2 reajustes sucessivos.

O Fator de Determinação do valor real, ao longo do tempo, dos Benefícios do Plano utilizado foi de 98,00% (ou 0,98) na avaliação atuarial de 31/12/2016, projetando uma inflação média anual de aproximadamente 3,6%, que se encontra no intervalo da meta de inflação apresentada pelo Banco Central do Brasil para 2017.

Justificativa EFPC: O fator de capacidade utilizado atualmente é o de 0,98 (ou 98%), ou seja, projeta uma inflação média anual de 3,6%, que se encontra dentro do referido campo de variação da meta de inflação apresentada pelo Banco Central do Brasil que está compreendido entre 3,00% ao ano e 6,00% ao ano, e, sendo que, a média inflacionária foi da ordem de 7% ao ano nos últimos 3 e 5 anos (com influência da alta observada no ano de 2015), porém próxima do limite inferior de 2,5% ao ano, o que representa maior segurança para avaliação atuarial.

5) Hipótese: Rotatividade

Valor:-

Quantidade esperada no exercício seguinte:-

Quantidade ocorrida no exercício encerrado:-

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido no exercício encerrado:-

Opinião do Atuário:-

Justificativa EFPC:-

6) Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral

Valor: “qx da AT2000 (segregada por sexo) desagravada em 15%”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,65.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido no exercício encerrado: A diferença entre a quantidade de mortes ocorrida de 8 casos e a esperada no exercício encerrado de 11 casos, projetada pela Tábua de Mortalidade utilizada no encerramento do exercício de 2015, está compatível com o novo teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentado pelo JM/1558/2016, considerando um período recente não inferior a 3 anos, que demonstrou a necessidade da adoção da Tábua de Mortalidade “qx da AT2000 (segregada por sexo) desagravada em 15%”, em função inclusive de que a quantidade de mortes projetadas pela Tábua de Mortalidade anteriormente adotada estava se situando em patamar superior a quantidade de mortes efetivamente ocorridas.

Opinião do Atuário: Foram apresentados através do JM/1558/2016, os estudos de aderência de tábuas de mortalidade, envolvendo a experiência observada na mortalidade geral do Plano, que nos levaram à conclusão de que a Tábua de Mortalidade Geral “qx da AT2000 (segregada por sexo) desagravada em 15%” deve ser adotada em função do nível de aderência apresentado à mortalidade dos aposentados sem ser por invalidez e dos pensionistas vitalícios não inválidos, de modo que possa representar ao longo dos anos futuros o nível de sobrevivência/mortalidade geral.

Justificativa EFPC: Com base no estudo de aderência de tábuas de mortalidade enviado pelo atuário através do JM/1558/2016, nos posicionamos pela adoção da Tábua de Mortalidade Geral “qx da AT2000 (segregada por sexo) desagravada em 15%” para projetar o nível de mortalidade geral no Plano.

7) Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos

Valor: “ $q_x = q_x$ da AT-83 (masculina)”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,85.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido no exercício encerrado: A diferença entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, está compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo JM/1558/2016, considerando um período recente não inferior a 3 anos.

Opinião do Atuário: Foram apresentados através do JM/1558/2016, os estudos de aderência de tábuas de mortalidade, envolvendo a experiência observada na mortalidade de inválidos do Plano, que nos levaram à conclusão de que a Tábua de Mortalidade Geral “da AT-83 (masculina)” deve ser mantida em função do nível de aderência apresentado à mortalidade dos aposentados por invalidez e dos pensionistas vitalícios inválidos, de modo que possa representar ao longo dos anos futuros o nível de sobrevivência/mortalidade de inválidos.

Justificativa EFPC: Com base no estudo de aderência de tábuas de mortalidade enviado pelo atuário através do JM/1558/2016, nos posicionamos pela manutenção da Tábua de Mortalidade de Inválidos “da AT-83 (masculina)” para projetar o nível de mortalidade geral no Plano.

8) Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez

Valor: LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 5%.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 8,40.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 12.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido no exercício encerrado: A diferença entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, está compatível com o teste de Aderência de Tábua de Entrada em Invalidez apresentada pelo JM/1558/2016, considerando um período recente não inferior a 3 anos.

Opinião do Atuário: Foram apresentados através do JM/1558/2016, os estudos de aderência de tábuas de entrada em invalidez, que indicou a manutenção da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 5%, destacando ser necessário o acompanhamento permanente dos novos casos de entrada em benefício de aposentadoria por invalidez para, quando necessário, ajustar essa hipótese biométrica.

Justificativa EFPC: A Entidade optou pela manutenção da Tábua de Entrada em Invalidez para a LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 5%, sugerida pelo atuário responsável pelo plano de benefícios, por esta apresentar aderência ao Plano básico da BASES, conforme teste apresentado no JM/1558/2016.

9) Hipótese: Composição de Família de Pensionistas

Valor: Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Aposentadorias e Pensões por Morte e Experiência Regional, revisada periodicamente, nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 1.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido no exercício encerrado: O esperado para o exercício seguinte toma por base o ocorrido no exercício encerrado, que foi calculado considerando a média dos beneficiários vitalícios por participante / grupo de pensionistas.

Opinião do Atuário: É adotada a Família Efetiva para os Benefícios de Aposentadorias e Pensões por Morte já Concedidos, com base no cadastro da BASES. Dessa forma, tão somente os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos estão sendo avaliados pela Composição de Família correspondente à Experiência Regional periodicamente revisada.

Justificativa EFPC: Para a apuração das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, é utilizada a Composição Familiar Efetiva dos Dependentes dos Assistidos. Para a apuração das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, a hipótese é formulada com base em dados da composição familiar regional periodicamente revisada.

10) Hipótese: Indexador do Plano

Valor: IGP-M da FGV (aplicado com 1 mês de defasagem).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 3,60%.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 7,14%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: O índice de 7,14% corresponde ao IGP-M da FGV, de dezembro/2015 a novembro/2016, aplicado sobre os benefícios, com um mês de defasagem. Deve-se destacar que o indexador esperado para o exercício seguinte corresponde a uma estimativa, com base na hipótese do Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade.

Opinião do Atuário: O indexador do Plano é o que está estabelecido em Regulamento para reajustar os benefícios de prestação continuada, correspondendo a um nível oficial de inflação, calculado pelo IGP-M, que expressa a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores.

Justificativa EFPC: Em conformidade com o Regulamento de Benefícios do Plano, o IGP-M da FGV é o Indexador estabelecido para recompor o valor dos benefícios de prestação continuada.

11) Hipótese: Entrada em Aposentadoria

Valor: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 340

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 27

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido no exercício encerrado: A diferença entre a quantidade ocorrida no exercício encerrado e a esperada no exercício encerrado, está compatível com a perspectiva de saída mediante concessão da complementação de aposentadoria.

Opinião do Atuário: No Regulamento do Plano, para o caso de saída antecipada de participantes que entrem em benefício de aposentadoria por tempo de serviço normal ou especial, está prevista a aplicação de redutores que levam a que os valores das correspondentes Provisões (Reservas) Matemáticas não superem aos que estão sendo constituídos para a entrada em benefício de aposentadoria no momento em que o participante preencha as condições para recebimento do benefício pleno. Portanto, a Avaliação Atuarial do Plano, considera, conforme previsto no Regulamento, a saída antecipada de participantes que entrem em gozo de benefício de aposentadoria normal ou especial.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

Seção dos Benefícios

1) Benefício: Aposentadoria por Tempo de Contribuição

Quantidade de benefícios concedidos: 73

Valor médio do benefício: R\$ R\$ 2.517,44

Idade média dos assistidos: 62 anos

2) Benefício: Aposentadoria por Invalidez

Quantidade de benefícios concedidos: 216

Valor médio do benefício: R\$ R\$ 1.682,72

Idade média dos assistidos: 59 anos

3) Benefício: Pensão

Quantidade de benefícios concedidos: 17

Valor médio do benefício: R\$ 2.202,18

Idade média dos assistidos: 59 anos

NOTA: Estatísticas obtidas a partir do cadastro fornecido pela BASES.

PMBC

CD

Saldo de Conta dos Assistidos:-

BD

VABF Programados – Assistidos: R\$ 23.127.111,20

VABF Não Programados – Assistidos: R\$ 90.928.293,53

PMBaC

CD

Saldo de Contas- parcela Patrocinador ou Instituidor: R\$ 20.244.326,52
Saldo de Contas- parcela Participantes: R\$ 101.593.521,40

BD Capitalização Programado:

VABF: R\$ 48.177.706,79

VACF Patrocinadores: R\$-

VACF Participantes: R\$-

BD Capitalização Não Programado:

VABF: R\$ 4.103.165,45

VACF Patrocinadores: R\$ (560.399,85)

VACF Participantes: R\$-

Custo do Ano

% Custo Normal × (13 × Folha de Salário de Participação de Participantes Não Assistidos)

$7,630\% \times (13 \times R\$ 3.427.189,36) = R\$ 3.399.429,13$

Seção das provisões matemáticas a constituir e contratos:

Déficit Equacionado

Patrocinador:-

Participantes Ativos:-

Assistidos:-

Serviço Passado

Patrocinador:-

Participantes Ativos:-

Assistidos:-

Outras Finalidades:

Patrocinador:-

Participantes Ativos:-

Assistidos:-

Seção do Patrimônio de Cobertura:

Patrimônio de Cobertura: R\$ 297.888.492,41

Insuficiência de Cobertura:-

Seção dos fundos previdenciais atuariais:

Finalidade:-

Fonte de Custeio:-

Recursos Recebidos no Exercício:-

Recursos Utilizados no Exercício:-

Saldo: R\$-

Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:

Patrocinador:-

Participantes Ativos:-

Assistidos:-

Informações Adicionais:

Resultado positivo do exercício: R\$ 1.839.143,82 (*1)

Resultado negativo do exercício: R\$-

Déficit Técnico: R\$-

Reserva de Contingência: R\$ 10.274.767,37

Reserva Especial para Revisão de Plano: R\$-

Ajuste de Precificação: R\$ (7.412.828,57) (*2)

Equilíbrio Técnico Ajustado: R\$ 2.861.938,80

(*1) Valor obtido a partir dos valores dos Patrimônios de Cobertura do Plano de 31/12/2016 e de 31/12/2015 informados pela BA-SES.

(*2) O Ajuste de Precificação, calculado pela BASES para o Plano na posição de 31/12/2016, tomando por base a Taxa Real de Juros de 4,75% ao ano, foi de R\$ (7.412.828,57), considerando os requisitos apresentados aos títulos públicos federais atrelados a índices de preços, conforme estabelecido pelo Art. 9º da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015.

Plano de Custeio:

- 1) Contribuições Previdenciais Normais do Patrocinador:
% Contribuição do Patrocinador × (13 × Folha de Salário dos Participantes Ativos do Plano)
 $3,40\% \times (13 \times R\$ 3.427.189,36) = R\$ 1.514.817,70.$
- 2) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador- Equacionamento de Déficit:-
- 3) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – serviço passado:-
- 4) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Outras Finalidades:-
- 5) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Ativos:
% Contribuição do Participante × (13 × Folha de Salário dos Participantes Ativos do Plano)
 $4,23\% \times (13 \times R\$ 3.427.189,36) = R\$ 1.884.611,43$
- 6) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Equacionamento de Déficit:-
- 7) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Serviço Passado:-
- 8) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Outras Finalidades:-
- 9) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Assistidos:-
- 10) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos- Equacionamento do Déficit: -
- 11) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos- Serviço Passado:-
- 12) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos- Outras Finalidades:-
- 13) Utilização de fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar:-
- 14) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial- Patrocinador:-
- 15) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial- Participantes:-
- 16) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial- Assistidos:-
- 17) Início de vigência do plano de custeio: 1º de abril de 2017.

Parecer Atuarial do Plano Misto

1 - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para os participantes do Plano Misto de Benefícios da BASES, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (DA) e o cadastro de participantes fornecido pela BASES, resultou no custo total de 7,63% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, conforme descrito a seguir:

REFERÊNCIA	CUSTO (%)	
	ANO ANTERIOR	ANO ATUAL
TIPO DE BENEFÍCIO		
APOSENTADORIAS *1	5,66%	5,93%
INVALIDEZ	0,494%	0,48%
PENSÃO POR MORTE	0,102%	0,16%
PECÚLIO POR MORTE*2	-%	-%
SUB-TOTAL (1)	6,256%	6,49%
SUPLEMENTAR	-	-
ADMINISTRAÇÃO *3	1,104%	1,14%
SUB-TOTAL (2)	1,104%	1,14%
TOTAL (1)+(2)	7,360%	7,63%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Custo apresentado junto com o custo da Pensão por Morte.

*3: Administração igual a 33,53% da Contribuição do Patrocinador ($0,3353 \times 3,400\% = 1,14\%$), limitada a 15% do total das contribuições previdenciárias.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2016, a idade média dos participantes ativos é de 54 anos.

2) O custo total reavaliado de 7,63% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2017, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano Misto de Benefícios da BASES, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

	Em %
Contribuições Normais *1	
Referência	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	4,23%
Contribuição Normal do Patrocinador *2	3,40%
Sub-Total	7,63%
Contribuição Suplementar	-
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)	7,63%
Contribuições Normais dos Assistidos	9,41%
Aposentados Assistidos	9,41%
Pensionistas Assistidos	-

*1: A destinação das contribuições do Patrocinador, cujo valor mensal, em conformidade com o plano de custeio, está fixado em 3,40% da folha do salário real de contribuição dos empregados participantes, deve continuar a observar a seguinte regra de rateio que está vigente até que uma reavaliação atuarial indique a necessidade de se ajustar tal rateio:

- 33,53% das contribuições do Patrocinador se destinam à cobertura dos gastos administrativos: $[(15\% \times 7,63\% \div 3,40\%)]$;
- 16,47% das contribuições do Patrocinador se destinam ao Fundo de Risco destinado a dar cobertura aos benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pecúlio por morte em atividade e pensão por morte em atividade ou em gozo de aposentadoria por invalidez): $[(0,40\% + 0,16\%) \div 3,400\%]$;
- 50,00% das contribuições do Patrocinador se destinam a reforçar o saldo das Reservas Matemáticas Programadas de Benefícios a Conceder dos participantes Ativos: $[(5,93\% - 4,23\%) \div 3,40\%]$.

A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 7,360% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2015, de 7,63% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2016.

2 - Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2015 para o final do ano 2016 considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

(valores em R\$) Referência	31/12/2015	31/12/2016	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	84.768.370,76	114.055.404,73	34,55%
Provisão de Benefícios a Conceder	185.234.634,10	173.558.320,31	-6,30%
Provisão Matemática a Constituir (*1)	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	270.003.004,86	287.613.725,04	6,52%

FATO RELEVANTE: Como o Regulamento de Benefícios deste Plano estabelece os valores dos Fatores de Conversão de Saldos de Contas de Aposentadorias Programadas em Benefício de Aposentadoria Programada, demonstramos através do JM/2138/2009, a necessidade de ser mantida como Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, uma Provisão equivalente à diferença entre os Fatores de Conversão compatíveis com as hipóteses atuariais de mortalidade e de taxa de desconto / juros adotada na avaliação atuarial do exercício e os Fatores estabelecidos no referido Regulamento, inclusive em relação às contribuições a serem destinadas ao longo dos anos futuros para compor esses Saldos de Contas. Tal Provisão, que já esta incluída na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, conforme as hipóteses atuariais consideradas nesta avaliação atuarial de 31/12/2016, considerando a taxa real de juros/desconto de 4,75% ao ano e as Tábuas de Mortalidade, Geral “qx da AT-2000 (segregada por sexo) desagravada em 15%” e de Inválidos “ $q_x = q_x$ da AT-83 (masculina)”, assumiu em 31/12/2016 o valor de: R\$ R\$ 42.101.358,82.

3 - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-actuarial do Plano Misto de Benefícios Previdenciários (MISTO Nº 001) da BASES, em 31/12/2016, utilizando os mesmos regimes / métodos de financiamento atuarial e as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial de 31/12/2015, com exceção a adoção da Tábua de Mortalidade Geral “qx da AT2000 (segregada por sexo) desagravada em 15%”, considerando que estão sendo mantidas no exercício de 2017, as contribuições normais vigentes (e, nesse contexto, não está sendo utilizada qualquer parcela do resultado acumulado no exercício anterior e contabilizado como reserva de contingência para reduzir contribuições vigentes, apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 10.274.767,37, equivalente a 3,45% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 297.888.492,41.

2) O Superávit Técnico Acumulado que está sendo apurado no encerramento deste exercício de 2016, de R\$ 10.274.767,37, após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 2.861.938,80, tendo em vista que o valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 4,75% ao ano e o valor contábil desses títulos, totalizou R\$ (7.412.828,57) em 31/12/2016.

3) A rentabilidade líquida do ano de 2016, medida pela variação do valor da cota da BASES ocorrida durante o ano de 2016, informada pela BASES, foi de 12,11%, contra uma meta atuarial de rentabilidade líquida de 12,23%, corresponde ao IGP-M da FGV acumulado de dezembro/2015 a novembro/2016, utilizando um mês de defasagem, acrescido de juros reais equivalentes a 4,75% ao ano o que, em termos reais, representou obter uma rentabilidade líquida de 4,64% contra uma meta atuarial de 4,75% ao ano, adotada como expectativa atuarial de taxa real de juros. A adoção do IGP-M da FGV como indexador atuarial do plano decorre do fato desse índice ser o previsto no Regulamento do Plano Misto para reajuste dos benefícios de prestação continuada desse Plano.

4) Foram adotadas as seguintes Hipóteses Atuariais na Avaliação Atuarial de 31/12/2016:

i) Tábua de Mortalidade Geral: qx da AT-2000 (segregada por sexo) desagravada em 15%.

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: da AT-83 (masculina).

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 5%.

iv) Taxa real de juros/desconto: 4,75% ao ano.

v) Composição Familiar: Em relação à composição familiar, está sendo adotada a Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Aposentadorias e Pensões por Morte e Experiência Regional, revista periodicamente, nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos.

vi) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 98,00% (compatível com uma inflação anual média de 3,6% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).

vii) Entrada em Aposentadoria calculada considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

5) Devemos destacar que o setor responsável da BASES nos informou que não há contrato de dívidas contabilizado no ativo vigente em 31 de dezembro de 2016.

4 - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Superávit Técnico-

co Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais apresentadas nesta DA e o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios do Plano, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela BASES, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial de 31/12/2016, refletida nesta DA.

5 - Variação do Resultado Superavitário/Deficitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

REFERÊNCIA	VALOR
Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2015 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2016 (*1)	R\$ 9.467.300,31
Perda decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2015 ter sido superior à rentabilidade líquida correspondente à meta atuarial de rentabilidade (*2)	R\$ (364.479,82)
Perda pela adoção da Tábua de Mortalidade Geral AT2000 (segregada por sexo) desagregada 15%	R\$ (4.268.500,89)
Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*)	R\$ 4.449.786,96
Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2016	R\$ 10.274.767,37
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	-
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-
a) Resultado Realizado	R\$ 10.274.767,37
a.1) Superávit Técnico Acumulado	R\$ 10.274.767,37
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	-
b) Ajuste de Precificação	R\$ (7.412.828,57)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	R\$ 2.861.938,80

(*1): R\$ 9.467.300,31 = R\$ 8.435.623,55 x 1,1223 (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Valor calculado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela BASES para 31/12/2016 (Patrimônio Contábil) e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2015 evoluído para 31/12/2016 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade.

(*3): Equivale a 1,55% do valor total das Provisões Matemáticas reavaliadas em 31/12/2016 em R\$ 287.613.725,04 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício de 2016. Sendo pelo princípio da imaterialidade / irrelevância desse ganho residual, está sendo designado como "Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas", já que se trata de um Plano de Benefícios do tipo Benefício Definido e de natureza solidária e grupal, com uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

6 - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

O Superávit Técnico Acumulado apurado em 31/12/2016 de R\$ 10.274.767,37, nos termos da legislação vigente, foi registrado como Reserva de Contingência, cujo o objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, à luz da legislação vigente, é caracterizado, em parte, como sendo de origem conjuntural, sabendo que no exercício de 2016 não foram obtidos resultados de rentabilidade acima do projetado para o período, não sendo, passível de destinação e utilização facultativa ou obrigatória.

7. Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de um Plano com Benefícios estruturados em Contribuição Variável e Benefício Definido, o método atuarial de financiamento de Capitalização na versão de Capitalização Individual é adotado para financiar os Benefícios de Renda Mensal de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou Idade e Pecúlio Especial por Invalidez. E, o método atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para os Benefícios de Suplementação de Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2017.

Gabriel Pimentel Sátyro
Atuário MIBA 2799

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

Balço Patrimonial Consolidado

valores em R\$ mil

ATIVO	Exercício 2016	Exercício 2015	PASSIVO	Exercício 2016	Exercício 2015
DISPONÍVEL	21	359	EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.026	4.135
			Gestão Previdencial (Nota 9)	1.172	3.420
REALIZÁVEL	961.973	911.850	Gestão Administrativa (Nota 10)	853	698
Gestão Previdencial (Nota 5)	9.190	6.765	Investimentos (Nota 11)	1	17
Gestão Administrativa (Nota 6)	185	299	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	27.501	27.440
Investimentos (Nota 7)	952.598	904.786	Gestão Previdencial (Nota 12)	3.898	3.837
Créditos Privados e Depósitos	45.704	39.966	Investimentos (Nota 13)	23.603	23.603
Fundos de Investimento	846.332	803.866	PATRIMÔNIO SOCIAL (Nota 14)	933.457	881.697
Investimentos Imobiliários	47.071	47.164	Patrimônio de Cobertura do Plano	917.111	866.179
Empréstimos	13.491	13.790	Provisões Matemáticas	902.481	851.856
			Benefícios Concedidos	686.742	625.515
PERMANENTE	990	1.063	Benefícios a Conceder	215.739	226.341
Imobilizado (Nota 8)	990	1.063	Equilíbrio Técnico	14.630	14.323
			Resultados Realizados	14.630	14.323
			Superávit Técnico Acumulado	14.630	14.323
TOTAL DO ATIVO	962.984	913.272	Fundos	16.346	15.518
			Fundos Administrativos	15.109	14.476
			Fundos dos Investimentos	1.237	1.042
			TOTAL DO PASSIVO	962.984	913.272

Demonstração do Ativo Líquido por plano

Plano Básico

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015	Varição (%)
1. Ativos	645.591	613.877	5,17
Disponível	18	132	0,00
Recebível	10.674	10.152	5,14
Investimento	634.899	603.593	5,19
Créditos Privados e Depósitos	45.704	39.966	14,36
Fundos de Investimento	534.116	508.348	5,07
Investimentos Imobiliários	47.071	47.164	(0,20)
Empréstimos	8.008	8.115	(1,32)
2. Obrigações	20.862	20.862	0,00
Operacional	382	444	(13,96)
Contingencial	20.480	20.418	0,30
3. Fundos não Previdenciais	5.481	5.274	3,92
Fundos Administrativos	5.464	5.234	4,39
Fundos dos Investimentos	17	40	(57,50)
5. Ativo Líquido (1-2-3)	619.248	587.741	5,36
Provisões Matemáticas	614.867	581.854	5,67
Superávit/Déficit Técnico	4.355	5.887	(26,02)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	4.355	5.887	(26,02)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	(7.660)	(7.508)	2,02
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(3.305)	(1.621)	103,89

Demonstração do ativo líquido por plano

Plano Misto

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
1. Ativos	316.566	298.697	5,98
Disponível	2	225	(99,11)
Recebível	13.651	11.089	23,10
Investimento	302.913	287.383	5,40
Fundos de Investimento	297.430	281.707	5,58
Empréstimos	5.483	5.676	(3,40)
2. Obrigações	7.812	10.015	(22,00)
Operacional	791	2.994	(73,58)
Contingencial	7.021	7.021	0,00
3. Fundos não Previdenciais	10.865	10.243	6,07
Fundos Administrativos	9.645	9.241	4,37
Fundos de Investimentos	1.220	1.002	21,76
5. Ativos Líquidos (1-2-3)	297.889	278.439	6,99
Provisões Matemáticas	287.614	270.003	6,52
Superávit/Déficit Técnico	10.275	8.436	21,80
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	10.275	8.436	21,80
b) (+/-) Ajuste de Precificação	(7.413)	(7.192)	3,07
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	2.862	1.244	130,06

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado

valores em R\$ mil

Descri�o	Exercício 2016	Exercício 2015	Vari�o (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	881.697	826.850	6,63
1. Adi�oes	127.508	113.635	12,21
(+) Contribui�es Previdenciais	7.708	7.201	7,04
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos- Gestão Previdencial	115.250	101.791	13,22
(+) Receitas Administrativas	2.502	2.851	(12,24)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos- Gestão Administrativa	1.853	1.658	11,76
(+) Constitui�o de Fundo de Investimentos	195	134	45,52
2. Destina�es	(75.748)	(58.788)	28,85
(-) Benefícios	(71.964)	(55.232)	30,29
(-) Constitui�o Líquida de Contingências- Gestão Previdencial	(62)	(40)	55,00
(-) Despesas Administrativas	(3.722)	(3.516)	5,86
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	51.760	54.847	(5,63)
(+/-) Provisões Matemáticas	50.624	61.535	(17,73)
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	308	(7.589)	(104,06)
(+/-) Fundos Previdenciais	0	(227)	(100,00)
(+/-) Fundos Administrativos	633	994	(36,32)
(+/-) Fundos dos Investimentos	195	134	45,52
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	933.457	881.697	5,87

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

Plano Básico

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	587.741	560.269	4,90
1. Adições	81.842	72.603	12,73
(+) Contribuições	5.241	3.857	35,88
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos- Gestão Previdencial	76.601	68.746	11,43
2. Destinações	(50.360)	(45.131)	11,59
(-) Benefícios	(49.709)	(44.528)	11,64
(-) Constituição Líquida de Contingências- Gestão Previdencial	(62)	(40)	100,00
(-) Custeio Administrativo	(589)	(563)	4,62
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	31.482	27.472	14,60
(+/-) Provisões Matemáticas	33.013	32.060	2,97
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(1.531)	(4.588)	(66,63)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	619.223	587.741	5,36
C) Fundos não previdenciais	5.481	5.274	3,92
(+/-) Fundos Administrativos	5.464	5.234	4,39
(+/-) Fundos dos Investimentos	17	40	(57,50)

Plano Misto

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	278.438	252.191	10,41
1. Adições	42.235	37.514	12,58
(+) Contribuições	3.586	4.469	(19,76)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos- Gestão Previdencial	38.649	33.045	16,96
2. Destinações	(22.785)	(11.267)	102,23
(-) Benefícios	(22.255)	(10.704)	107,91
(-) Custeio Administrativo	(530)	(563)	(5,86)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	19.450	26.247	(25,90)
(+/-) Provisões Matemáticas	17.611	29.475	(40,25)
(+/-) Fundos Previdenciais	0	(227)	(100,00)
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	1.839	(3.001)	(161,28)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	297.888	278.438	6,99
C) Fundos não previdenciais	10.865	10.243	6,07
(+/-) Fundos Administrativos	9.645	9.241	4,37
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.220	1.002	21,76

Demonstração das Provisões Técnicas por Plano

Plano Básico

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	640.101	608.643	5,17
1. Provisões Matemáticas	614.867	581.854	5,67
1.1. Benefícios Concedidos	572.686	540.747	5,91
Benefício Definido	572.686	540.747	5,91
1.2. Benefício a Conceder	42.181	41.107	2,61
Benefício Definido	42.181	41.107	2,61
2. Equilíbrio Técnico	4.355	5.887	(26,02)
2.1. Resultados Realizados	4.355	5.887	(26,02)
Superávit Técnico Acumulado	4.355	5.887	(26,02)
Reserva de Contingência	4.355	5.887	(26,02)
3. Fundos	17	40	(57,50)
3.2. Fundos de Investimentos- Gestão Previdencial	17	40	(57,50)
4. Exigível Operacional	382	444	(13,96)
4.1. Gestão Previdencial	382	431	(11,37)
4.2. Investimentos-Gestão Previdencial	0	13	(100,00)
5. Exigível Contingencial	20.480	20.418	0,30
5.1. Gestão Previdencial	3.406	3.344	1,85
5.2. Investimentos- Gestão Previdencial	17.074	17.074	0,00

Plano Misto

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	306.922	289.457	6,03
1. Provisões Matemáticas	287.614	270.003	6,52
1.1. Benefícios Concedidos	114.056	84.768	34,55
Benefício Definido	114.056	84.768	34,55
1.2. Benefício a Conceder	173.558	185.235	(6,30)
Contribuição Definida	121.837	128.052	(4,85)
Saldo de Contas- Parcela Patrocinadores	20.244	20.488	(1,19)
Saldo de Contas - Parcela Participantes	101.593	107.564	(5,55)
Benefício Definido	51.721	57.183	(9,55)
2. Equilíbrio Técnico	10.275	8.436	21,80
2.1. Resultados Realizados	10.275	8.436	21,80
Superávit Técnico Acumulado	10.275	8.436	21,80
Reserva de Contingência	10.275	8.436	21,80
3. Fundos	1.220	1.002	21,76
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	1.220	1.002	21,76
4. Exigível Operacional	791	2.994	(73,58)
4.1. Gestão Previdencial	791	2.989	(73,54)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	0	5	(100,00)
5. Exigível Contingencial	7.022	7.022	0,00
5.1. Gestão Previdencial	493	493	0,00
5.2. Investimentos- Gestão Previdencial	6.529	6.529	0,00

Demonstração Consolidada do Plano de Gestão Administrativa - PGA

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	14.476	13.482	7,37
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.355	4.510	(3,44)
1.1. Receitas	4.355	4.510	(3,44)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.119	1.125	(0,53)
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.260	1.668	(24,46)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	85	50	70,00
Resultado Positivo dos Investimentos	1.853	1.658	11,76
Outras Receitas	38	9	322,22
2. Despesas Administrativas	(3.722)	(3.516)	5,86
2.1. Administração Previdencial	(2.408)	(2.291)	5,11
Pessoal e Encargos	(1.414)	(1.195)	18,33
Treinamento/congressos e seminários	(67)	(119)	(43,70)
Viagens e estadias	(43)	(42)	2,38
Serviços de terceiros	(420)	(501)	(16,17)
Despesas gerais	(233)	(211)	10,43
Depreciações e amortizações	(49)	(40)	22,50
Tributos	(179)	(183)	(2,19)
Outras Despesas	(3)	0	100,00
2.2. Administração dos Investimentos	(1.314)	(1.225)	7,27
Pessoal e encargos	(744)	(628)	18,47
Treinamento/congressos e seminários	(46)	(80)	(42,50)
Viagens e estadias	(28)	(28)	0,00
Serviços de terceiros	(181)	(205)	(11,71)
Despesas gerais	(160)	(135)	18,52
Depreciações e amortizações	(33)	(27)	22,22
Tributos	(120)	(122)	(1,64)
Outras Despesas	(2)	0	100,00
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	633	994	(36,32)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	633	994	(36,32)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	15.109	14.476	4,37

Demonstração das Despesas Administrativas

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
Pessoal e encargos	2.158.120,85	1.823.595,23	18,34
Pessoal Próprio	2.057.214,95	1.725.855,07	19,20
Pessoal Cedido	85.572,75	74.288,60	15,19
Estagiário	15.333,15	23.451,56	-34,62
Serviços de Terceiros	600.862,96	616.894,08	-2,60
Consultoria Atuarial	147.595,28	144.323,44	2,27
Consultoria Jurídica	159.836,27	237.551,20	-32,72
Recursos Humanos	3.267,60	3.181,76	2,70
Planejamento Estratégico - ALM	2.500,00	2.500,00	0,00
Aluguel de Sistemas	254.223,27	193.322,55	31,50
Consultoria Contábil	21.890,54	36.015,13	-39,22

Notas Explicativas Às Demonstrações Contábeis

FUNDAÇÃO BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES

CNPJ: 14.855.753/0001-93

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL BASES, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, regida pela Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, autorizada a funcionar através da Portaria nº 3.762, de 20 de maio de 1986, do Ministério da Previdência e Assistência Social, e tem por finalidade principal suplementar os benefícios da Previdência Oficial, aos empregados, ex-empregados, e respectivos beneficiários, do extinto Banco do Estado da Bahia S/A BANEDE, e da BASES, enquanto Patrocinadores dos Planos de Benefícios da Entidade.

A BASES obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social, com regulamentação através do Conselho Nacional de Previdência Complementar CNPC, e supervisão e fiscalização por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar PREVIC, criados pela Lei nº 12.154/09, em substituição, respectivamente, ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar CGPC (antigo órgão regulador) e à Secretaria de Previdência Complementar SPC (antigo órgão fiscalizador).

A Lei nº 12.154/09 criou ainda a Secretaria de Política de Previdência Complementar-SPPC, com a competência de propor políticas e diretrizes para o setor de previdência complementar.

A BASES é uma Entidade sem fins lucrativos, singular e multipatrocinada, que aplica no país a totalidade de seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

Constituem-se membros da BASES, atuando como Patrocinadores desta e dos planos de benefícios previdenciários, a BANEDE Corretora de Seguros S/A e a Fundação BANEDE de Seguridade Social BASES, de acordo com os respectivos Convênios de Adesão, figurando, ainda, como membro da Entidade, o Banco Alvorada S/A, sucessor por cisão do extinto Banco do Estado da Bahia S/A BANEDE, que teve seu convênio de adesão cancelado, nos termos do artigo 11 do Estatuto e artigo 13 do Regulamento Básico da BASES vigentes à época da privatização, atuando como Patrocinador desta, não existindo, em relação aos planos de benefícios, os Convênios de Adesão de que trata o artigo 13 da Lei Complementar 109/2001.

2. PLANOS PREVIDENCIAIS E ADMINISTRATIVOS

A BASES, registrada junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar PREVIC sob o número 00121, administra os seguintes planos de benefícios previdenciários:

a) Plano Básico: plano de benefício definido, inscrito sob o nº 19.860.002-65 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência

Complementar PREVIC. O referido Plano encontra-se fechado para novas adesões desde 01.07.1998, conforme disposto no artigo 60 do então vigente Regulamento do Plano Misto, que foi aprovado pela SPC através do ofício 464 SPC/CGOF/COJ, de 26.06.1998.

b) Plano Misto: plano de contribuição definida na acumulação da reserva e de benefício definido na concessão do benefício vitalício, inscrito sob o nº 19.980.037-11 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar PREVIC.

Em 31 de dezembro de 2016, a BASES possui um total de 2.089 participantes (2.165 em 2015), assim distribuídos entre os seus planos de benefícios:

	PLANO BÁSICO		PLANO MISTO		TOTAL CONSOLIDADO	
	QUANTIDADE		QUANTIDADE		QUANTIDADE	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
ATIVO	106	120	498	587	604	707
AUTOPATROCINADOS	8	9	27	28	35	37
ASSISTIDOS	1.140	1.139	310	282	1.450	1.421
TOTAL	1.254	1.268	835	897	2.089	2.165

Os recursos dos planos são representados pelas contribuições dos Patrocinadores, Participantes Ativos, Assistidos e Autopatrocinados, bem como pelos rendimentos financeiros resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que devem obedecer ao disposto na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

O Plano da Gestão Administrativa- PGA da BASES foi constituído com base no Anexo C Item 27 da Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, revogada pela Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, tendo seu Regulamento sido aprovado pelo Conselho Deliberativo da BASES por meio da ata nº 225, de 21 de dezembro de 2009.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da BASES foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e alterações posteriores, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, Ofício Circular nº 001/2015/CGMC/DIACE/PREVIC e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 Entidade Fechada de Previdência Complementar, e as práticas contábeis brasileiras.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta a segregação dos registros contábeis em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

A escrituração contábil da BASES atende à segregação das transações por plano de benefícios, inclusive no que tange ao plano de gestão administrativa, permitindo a

identificação patrimonial e de resultados de forma separada, embora as demonstrações contábeis estejam apresentadas de forma consolidada.

Demonstrações Contábeis

Em conformidade com a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 alterada pela Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015, Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e Resolução nº 12, de 19 de agosto de 2013, e a ITG 2001 Entidade Fechada de Previdência Complementar, são apresentadas de forma consolidada o balanço patrimonial, a demonstração da mutação do patrimônio social e a demonstração do plano de gestão administrativa relativos aos seguintes planos: Plano Básico, Plano Misto e ao Plano de Gestão Administrativa PGA, conforme detalhado abaixo:

3.1 Balanço Patrimonial

Apresenta os valores correspondentes à soma dos eventos patrimoniais das Gestões Previdencial, Administrativa e do Fluxo de Investimentos, que consolidam as informações referentes aos respectivos planos de benefícios. Nesta demonstração, estão eliminadas as operações a receber (Ativo) e a pagar (Passivo) registradas exclusivamente entre os planos de benefícios da Fundação, no sentido de evidenciar os saldos patrimoniais sem a interferência daqueles que se anulam entre contas correspondentes no Ativo e no Passivo.

3.2 Demonstração da Mutação do Patrimônio Social DMPS

Elaborada de forma consolidada. A DMPS apresenta detalhadamente as Adições e Destinações que resultam no Acréscimo ou Decréscimo do Patrimônio Social do conjunto de planos administrados pela entidade.

3.3 Demonstração do Plano de Gestão Administrativa DPGA

Elaborada de forma consolidada. A DPGA apresenta os eventos econômicos (Receitas e Despesas) que resultam no Acréscimo ou Decréscimo no fundo patrimonial da Gestão Administrativa. A apresentação desta demonstração por plano de benefícios é facultativa.

3.4 Demonstração do Ativo Líquido DAL

Elaborada exclusivamente por plano de benefícios previdenciários e tem a finalidade de apresentar a composição do Ativo Líquido de cada plano. Nesta demonstração constam ainda informações complementares correspondentes à Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, vide Nota Explicativa nº 7, item b).

3.5 Demonstração da Mutação do Ativo Líquido DMAL

Elaborada exclusivamente por plano de benefícios previdenciários. A DMAL apresenta detalhadamente as Adições e Destinações que resultam no Acréscimo ou Decréscimo do Ativo Líquido (Patrimônio de Cobertura do Plano).

3.6 Demonstração das Provisões Técnicas DPT

Elaborada exclusivamente por plano de benefícios previdenciários e tem a finalidade de apresentar a composição de todos os eventos que formam as Provisões Técnicas dos planos de benefícios.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS, ITENS AVALIADOS E CRITÉRIOS ADOTADOS

a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas (Variações Positivas) e Deduções (Variações Negativas)

As adições e deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas (Variações Positivas) e Deduções (Variações Negativas) do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, com exceção das contribuições referentes aos autopatrocinados, que são registradas pelo regime de caixa.

b) Gestão dos recursos administrativos

b.1) Gestão segregada dos recursos administrativos

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas da BASES são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa- PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

b.2) Custeio administrativo

O custeio administrativo é o valor repassado pelos planos de benefícios previdenciais ao PGA, para cobrir as despesas decorrentes da administração dos planos, correspondente a percentual incidente sobre as contribuições dos Participantes e Patrocinadores e sobre o resultado positivo dos investimentos.

b.3) Despesas administrativas

As despesas são classificadas como gestão previdencial e/ou de investimentos, de acordo com a natureza da operação, cabendo ainda a classificação como específica, exclusivamente para despesas de um plano de benefícios, ou comum, para despesas atribuídas ao conjunto de planos.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das despesas administrativas da BASES são efetuados de forma consolidada através do PGA- Plano de Gestão Administrativa, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

As despesas administrativas comuns são rateadas proporcionalmente ao número de planos de benefícios administrados pela BASES, exceto quanto às despesas administrativas vinculadas aos investimentos, que são rateadas proporcionalmente ao patrimônio de cada plano de benefícios.

A formação do fundo administrativo é em função das receitas, deduzidas das despesas, acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da constituição e reversão das contingências, contabilizadas no grupo de contas de gestão administrativa.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos e refletem a posição em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, com base no julgamento da Administração, periodicamente revisados, dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações, além das provisões de férias, dentre outras.

d) Realizável

Gestão Previdencial: O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos direitos da BASES relativos às contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados.

Gestão Administrativa: O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

Investimentos: Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, as entidades fechadas de previdência complementar devem proceder a avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários integrantes do portfólio do programa de investimentos- realizável segundo as duas categorias a saber:

Títulos para negociação- títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição até o vencimento do título, os quais são avaliados pelo seu valor de mercado, e seus efeitos são reconhecidos em conta específica no resultado do exercício.

Títulos mantidos até o vencimento- títulos com vencimentos superiores a doze meses da data de aquisição e que a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento sendo, ainda, considerados pela Entidade, com base em classifica-

ção efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito. Os títulos são avaliados pelas respectivas taxas oficiais e ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os investimentos compreendem ainda os seguintes itens:

Renda Fixa: As quotas de fundos de investimento são registradas pelo seu valor de realização, com base no valor da quota disponível no último dia útil precedente ao encerramento do balanço patrimonial. Os acréscimos ou decréscimos são levados diretamente ao resultado.

As aplicações de renda fixa estão apresentadas ao valor de custo, incluído, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos em base “pro rata dia” até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

Ações: Estão classificadas como renda variável as ações registradas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagem e outras taxas, avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação média do último dia útil do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

Os dividendos e as bonificações em dinheiro são contabilizados como receita a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas.

Investimentos Imobiliários: Registrados ao custo de aquisição e reavaliação, deduzidos de depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear adotando-se as taxas em função da vida útil identificada no laudo de avaliação. Conforme contratos firmados, os investimentos imobiliários geram receitas de aluguéis, que são registrados em conformidade com o regime de competência.

Empréstimos: Registra os empréstimos concedidos aos participantes acrescidos dos rendimentos financeiros pactuados, auferidos até a data do balanço. Os encargos são apropriados às contas de resultado pelo regime de competência.

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos de empréstimo aos participantes é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto na Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

e) Provisão para direitos creditórios de liquidação duvidosa

Constituída considerando a análise de risco de crédito na realização das operações, bem como na análise das operações vencidas e disposições do CNPC, julgadas suficientes para a cobertura de eventuais perdas.

f) Ativo Permanente

Representa os bens móveis e imóveis necessários ao funcionamento da Entidade que estão registrados ao custo de aquisição, acrescido de reavaliação, quando for o caso, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, estabelecida em função do tempo de vida útil dos bens.

A depreciação é calculada de acordo com as taxas apresentadas a seguir:

Descrição	Taxa Anual
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Ventiladores - refrigeradores de ar	25%
Sistema de segurança	10%
Softwares	20%
Edificações	Vida útil remanescente

g) Exigível Operacional

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos incorridos.

h) Exigível Contingencial

Representado por provisões para contingências que foram constituídas em montantes suficientes para fazer face a eventuais perdas, baseada na opinião dos consultores jurídicos da Entidade e na avaliação da Administração.

i) Patrimônio Social

i.1) Patrimônio de Cobertura do Plano

Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, sob a responsabilidade de consultores atuariais externos contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento dos Planos de Benefícios da Entidade.

Benefícios concedidos

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes assistidos.

Benefícios a conceder

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual de contribuições que ainda serão vertidas para garantir o pagamento de benefícios de prestação continuada.

Equilíbrio Técnico

A partir de 2015, a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, com redação dada pela Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits ou destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial). Esta Resolução determina que o resultado superavitário do plano seja destinado à constituição de reserva de contingência, até o menor limite entre:

- (i) 25% do valor das provisões matemáticas (PM) ou
- (ii) $[10\% + (1\% \times \text{duration do passivo do plano})] \times \text{PM}$.

A Entidade apurou em 2016 a duration do passivo do Plano Básico em 9,65 anos (9,91 anos- 2015) e do Plano Misto em 12,21 anos (12,43 anos- 2015). Desta forma, em 2016, o limite para destinação à constituição da reserva de contingências seria de 19,65% (19,91%- 2015) para o Plano Básico e 22,21% (22,43%- 2015) para o Plano Misto. Para os dois planos a totalidade do resultado superavitário alocado foi inferior ao limite e, desta forma, nenhum valor foi alocado à reserva especial para revisão do plano.

i.2) Fundos

Gestão previdencial

Determinado em bases atuariais, sob a responsabilidade dos consultores atuariais externos, para fazer face a eventuais oscilações das provisões matemáticas oriundas de contingências previdenciais ou obrigações decorrentes da destinação do superávit.

Gestão administrativa

Representado pelo resultado acumulado da gestão administrativa.

Investimento

Constituído com recursos de cobertura de risco de empréstimos a participantes e autopatrocinados.

5. REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Plano Básico		
Recursos a receber		
. Participantes ativos	31	32
Depósitos Judiciais/Recursais	5.154	4.885
Total Plano Básico	5.185	4.917
Plano Misto		
Recursos a receber		
. Participantes ativos	177	196
Custeio administrativo antecipado	7	8
Depósitos Judiciais/Recursais*	3.821	1.644
Total Plano Misto	4.005	1.848
Total Realizável da Gestão Previdencial	9.190	6.765

*Do montante contabilizado nesta rubrica, R\$1.741 corresponde a bloqueio judicial.

6. REALIZÁVEL- GESTÃO ADMINISTRATIVA

Representa o registro dos recursos a serem transferidos dos planos para o PGA relativos ao custeio administrativo, bem como recursos a recuperar de terceiros e depósito recursal administrativo.

PGA	2016	2015
Contas a receber		
. Responsabilidade de Empregados	1	1
. Responsabilidade de Terceiros	6	5
Depósitos Judiciais/Recursais	-	3
Custeio PGA	178	290
Total Realizável do PGA	185	299

7. REALIZÁVEL - INVESTIMENTOS

Os ativos dos Planos de Benefícios administrados pela Entidade e do PGA, são aplicados de acordo com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.792, de 24.09.2009, e estão assim distribuídos:

	2016	2015
Plano Básico		
. Certificados Privados e Depósitos	45.704	39.966
. Fundos de Investimentos		
Multimercado	534.090	508.297
*Estruturado (GTD) (Valores a Receber)	26	51
. Investimentos Imobiliários	47.071	47.164
. Empréstimos	8.008	8.115
Total do Plano Básico	634.899	603.593
Plano Misto		
. Fundos de Investimentos	297.430	281.707
. Empréstimos	5.483	5.676
Total do Plano Misto	302.913	287.383
Plano de Gestão Administrativa - PGA		
. Fundos de Investimentos	14.786	13.810
Total do Plano de Gestão Administrativa	14.786	13.810
Total de Investimentos	952.598	904.786

*Em Assembleia Geral de Cotista, realizada em 29/12/2016, que deliberou sobre a liquidação da GTD Participações S.A., na qual a BASES era cotista do fundo com participação de 0,25% das cotas equivalente a R\$26. Tendo a sua liquidação financeira realizada em 02/01/2017.

Administração e custódia dos investimentos Os fundos de investimentos da BASES são administrados pelo Banco Bradesco S.A., empresa contratualmente responsável pelos trabalhos de Administração Fiduciária e Custódia da Entidade. Os títulos encontram-se custodiados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados- CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia- SELIC.

Conforme decisão da Diretoria Executiva, em consonância com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, mantém-se provisionado, pelo valor total, desde junho/2003, as debêntures não conversíveis, com vencimento em 01 de março de 2000, tendo em vista que a Feniciapar não vem efetuando os pagamentos das amortizações.

Fundamentado em estudo de ALM Asset Liability Management, realizado em 2015, a Entidade mantém, em 2016, aplicações financeiras em títulos classificadas como títulos mantidos até o vencimento, que correspondem a 63,39% (61,79%- 2015), e classificadas como para negociação, que correspondem a 36,61% (38,21%- 2015). Conforme determinado pela Resolução MPAS / CGPC nº 4 de 2002, apresentamos no quadro a seguir os montantes, natureza e faixas de vencimento, bem como os valores de custo e mercado dos investimentos.

a) Certificados Privados e Depósitos e Fundos de Investimentos

Descrição	Custo		Vencimento		2016	2015
	Total	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
Plano Básico						
Fundos de Investimento						
FIDC	410	410	-	-	410	1.224
Fundos - RV	37.734	37.734	-	-	37.734	14.243
Fundos - FIP	-	-	-	-	-	52
CDBPS	-	-	-	-	-	18.501
CDB-Pos Su	-	-	-	-	-	6.101
CDB-C Sub	-	-	-	-	-	415
Debêntures	2.793	861	661	-	1.521	3.387
LF-Pos	5.500	1.252	5.236	-	6.489	15.565
LFS-LFSN	28.612	15.386	-	17.024	32.410	29.563
LFT-O	20.903	20.903	-	-	20.903	-
NTN-B	326.319	-	16.626	416.385	433.011	403.967
NTN-C	1.030	-	-	1.649	1.649	1.469
Operações compromissadas	-	-	-	-	-	13.862
Subtotal Fundos de Investimento	423.301	76.546	22.523	435.058	434.127	508.349
Certificados Privados e Depósitos						
CDB Caixa	39.665	-	45.704	-	45.704	39.966
Total do Plano Básico	462.966	76.546	68.227	435.058	579.831	548.315

Descrição	Custo		Vencimento		2016	2015
	Total	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
Plano Misto						
Fundos de Investimento						
FIDC	211	211	-	-	211	618
Fundos - RV	20.923	20.923	-	-	20.923	7.778
CDB	-	-	-	-	-	230
CDB-Pos Sub	-	-	-	-	-	15.211
CDB-C Sub	-	-	-	-	-	3.756
Debêntures	826	141	337	-	478	1.058
LF-Pos	8.450	7.758	2.807	-	10.565	8.626
LFS/LFSN	12.712	4.512	10.363	-	14.874	13.104
LFT-O	7.287	7.287	-	-	7.287	-
NTN-B	187.754	-	25.937	216.471	242.408	210.913
NTN-C	441	-	-	707	707	629
Operações compromissadas	-	-	-	-	-	19.784
Total do Plano Misto	238.604	40.832	39.443	217.178	297.453	281.707
Total dos planos previdenciais	701.570	117.378	107.670	652.236	877.284	830.022
Plano de Gestão Administrativa - PGA						
Bradesco F. I. REF DI FED Extra	12.604	12.604	-	-	12.604	13.810
Bradesco F.I. REF CRED PRIV Top Bancos	2.182	.182	-	-	2.182	-
Total do PGA	14.786	14.786	-	-	14.786	13.810
Total dos títulos	716.356	132.164	107.670	652.236	892.070	843.832

b) Ajuste de Precificação de Ativos

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 26 de 29/09/2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 16 de 19/11/2014, e conforme Instrução PREVIC nº 19 de 04/02/2015, a Entidade estabeleceu em 2016 o Ajuste de Precificação dos Ativos como procedimento para apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, que corresponde à diferença entre o valor contábil desses títulos e o valor dos títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", calculado considerando a taxa de juros real anual na respectiva avaliação atuarial, Plano Básico (5,00%) e o Plano Misto (4,75%) e a duration do passivo, do Plano Básico em 9,65 anos (9,91 anos- 2015) e do Plano Misto em 12,21 anos (12,43 anos- 2015). O valor apurado em 2016 (negativo) da precificação dos ativos de R\$7.660 (R\$7.508-2015) para o Plano Básico e de R\$7.413 (R\$7.192-2015) para o Plano Misto, estão apresentados nas "Informações Complementares" do demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios conforme quadros abaixo:

Bradesco FI Multimercado FEB BD - Plano Básico - 2016						
Natureza do ativo	Vencimento	Qtde	Custo histórico de aquisição	Valor contábil	Ajuste de precificação	Valor ajustado
NTN-B	15/08/2050	51	154	201	(23)	178
NTN-B	15/08/2020	1.607	4.069	4.823	184	5.007
NTN-B	15/08/2022	1.610	4.068	4.820	272	5.092
NTN-B	15/08/2050	1.780	5.404	7.254	(1.027)	6.227
NTN-B	15/08/2030	22.379	61.546	81.106	(7.066)	74.040
Total		27.427	75.241	98.204	(7.660)	90.544

Bradesco FI Multimercado FEB II CD - Plano Misto I - 2016						
Natureza do ativo	Vencimento	Qtde	Custo histórico de aquisição	Valor contábil	Ajuste de precificação	Valor ajustado
NTN-B	15/08/2050	61	184	241	(19)	222
NTN-B	15/08/2020	778	1.970	2.335	108	2.443
NTN-B	15/08/2022	780	1.971	2.335	160	2.495
NTN-B	15/08/2050	1.005	3.030	3.964	(312)	3.652
NTN-B	15/08/2050	1.120	3.400	4.564	(494)	4.070
NTN-B	15/08/2040	4.480	12.789	17.104	(1.257)	15.847
NTN-B	15/08/2030	6.056	16.655	21.948	(1.451)	20.497
NTN-B	15/08/2030	7.030	19.334	25.478	(1.685)	23.793
NTN-B	15/08/2040	8.779	25.061	33.516	(2.463)	31.053
Total		30.089	84.394	111.485	(7.413)	104.072

O ajuste de precificação não é objeto de registro contábil.

c) Investimentos imobiliários

Os Investimentos Imobiliários são apresentados pelos custos das aquisições, ajustados ao valor de mercado por reavaliação periódica, deduzido do montante as depreciações acumuladas pelo método linear, às taxas determinadas em função da vida útil remanescente dos bens, e estão assim distribuídos:

Plano Básico	2016	2015
Alugueis e Rendas		
. Locados a Patrocinador	26.229	26.636
. Locados a Terceiros	13.330	13.588
. Alugueis a Receber	70	81
Rendas de Participações		
. Shopping Center	2.942	3.005
. Complexo Hoteleiro*	-	3.854
Direito na alienação investimentos imobiliários	4.500	-
Total de Investimentos Imobiliários	47.071	47.164

*Em 03.11.2016, através de Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel, firmado com a BHG S.A. Brazil Hospitality Group, a BASES alienou 51 (cinquenta e uma) unidades imobiliárias no Edifício Bahia Mar, localizado na Cidade de Salvador/BA, as quais representavam 25,2475% do total das unidades do empreendimento, pelo preço total de R\$4.500, em 2(duas) parcelas a serem pagas nas seguintes condições: R\$3.000 em 16/01/2017 e R\$1.500 em 27/07/2017. Sendo que o valor da venda encontra-se contabilizado na rubrica "Direito na alienação investimentos imobiliários".

Valor contábil R\$3.776 em 31/10/2016, valor da venda R\$4.500 apurando um resultado positivo na alienação de R\$ 723 o qual foi lançado na rubrica contábil "Fluxo dos Investimentos>Rendas Variações Positivas > Investimentos Imobiliários > Complexo Hoteliro.

8. PERMANENTE (PGA)

PERMANENTE (PGA)	2016	2015
Bens Móveis		
Móveis e Utensílios	151	172
Máquinas e Equipamentos	118	131
Equipamentos de Informática	27	41
Ventiladores e Refrigeradores de Ar	5	8
Software	54	62
Sistema de Segurança	5	6
Total de bens móveis	360	420
Bens Imóveis		
Imóvel de Uso Próprio	630	643
Total de bens imóveis	630	643
Total do Permanente	990	1.063

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL - GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

Estão contabilizadas neste grupo contábil, as obrigações iminentes dos planos, conforme apresentados a seguir:

	2016	2015
Plano Básico		
Benefícios a pagar	182	177
Retenções a recolher	97	87
Outras exigibilidades	101	167
Total do Plano Básico	380	431
Plano Misto		
Benefícios a pagar	706	2.862
Retenções a recolher	8	4
Outras exigibilidades	78	123
Total do Plano Misto	792	2.989
Total Exigível Operacional Gestão Previdencial	1.172	3.420

10. EXIGÍVEL OPERACIONAL GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Despesas de pessoal	748	598
Retenções a recolher	62	56
Fornecedor	36	36
Outros	7	8
Total do Exigível Operacional Gestão Administrativa	853	698

EXIGÍVEL OPERACIONAL - INVESTIMENTOS

	2016	2015
Plano Básico		
Investimentos imobiliários (Seguros a pagar)	-	11
Retenções a recolher (IOF empréstimos participantes)	1	2
Total do Plano Básico	-	13
Plano Misto		
Retenções a recolher (IOF empréstimos participantes)	-	4
Total do Plano Misto	-	4
Total Exigível Operacional - Investimentos	1	17

11. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

	2016	2015
Plano Básico		
Provisão		
Aposentadoria por tempo de contribuição (a)	1.238	1.177
Benefícios previdenciários (b)	2.167	2.167
Total do Plano Básico	3.405	3.344
Plano Misto		
Provisão		
Benefícios previdenciários (b)	493	493
Total do Plano Misto	493	493
Total Exigível Contingencial da Gestão Previdencial	3.898	3.898

A BASES constitui seu exigível contingencial fundamentado na opinião dos seus assessores jurídicos, sendo apurados e contabilizados os montantes a pagar relativos às demandas judiciais passivas, cuja previsão de desfecho seja apresentada como de "provável" perda para a Entidade. Para as demandas classificadas como de "possível" ou "remota" perda para a Entidade. Para as demandas classificadas como de "possível" ou "remota" perda, é efetuado acompanhamento do andamento processual e são divulgadas informações, quando relevantes.

(a) Aposentadoria por tempo de contribuição

Valor correspondente aos processos impetrados por participantes pleiteando obtenção do benefício de gozo ou suplementação de aposentadoria.

(b) Provisões - benefícios previdenciários

Montante relativo às ações ajuizadas por participantes assistidos pleiteando suplementação da aposentadoria por motivos diversos, restituição de valores históricos descontados, expurgos inflacionários, etc. Nestes casos, a BASES efetuou as provisões obedecendo aos critérios pertinentes.

12. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - INVESTIMENTOS (PLANOS PREVIDENCIAIS)

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
Plano Básico		
Provisão		
Imposto de Renda - dívida ativa (MP 2222/01)	17.074	17.074
Total do Plano Básico	17.074	17.074
Plano Misto		
Provisão		
Imposto de Renda - dívida ativa (MP 2222/01)	6.529	6.529
Total do Plano Misto	6.529	6.529
Total do Exigível Contingencial de Investimentos	23.603	23.603

Em 30.07.1991 a BASES ajuizou a Ação Declaratória nº 91.00.04230-7, distribuída ao juízo da 7ª Vara Federal de Salvador, para que fosse reconhecida a sua imunidade tributária. Em 25.08.1992, a BASES ajuizou Medida Cautelar Incidental à referida Ação Declaratória, a fim de efetivar depósitos judiciais dos tributos questionados em juízo, o que, de fato, passou a ser realizado, a partir de 06.10.1992.

A Entidade desistiu dos processos, após a publicação da Medida Provisória 2222/2001 como regra para aderir ao RET- Regime Especial de Tributação que anistiava juros e multas tendo em vista a compreensão da maioria dos tributaristas de que não seria reconhecida a imunidade tributária dos fundos de pensão, bem como havia entendimento de que o período de 1992 a 1996 teria decaído, fazendo com que a BASES adotasse medidas judiciais cabíveis para levantar o saldo dos depósitos.

O levantamento dos depósitos referente ao período supracitado foi questionado pela Receita Federal do Brasil (RFB), com alegação de que os depósitos judiciais impedem a decadência do período, tendo a RFB autuado a Entidade no valor de R\$52.678 mil, através de DARF, para pagamento em 31.08.2012. Neste sentido, a BASES, após consulta e orientação de escritório especializado na área tributária, apresentou pedido de revisão do auto de infração, sem adentrar no julgamento quanto à legalidade do crédito tributário, requerendo a Revisão do Método de Apuração, ajustando-o aos ditames legais e ao entendimento já manifestado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN sobre o tema.

Em 03.09.2012 houve, por parte da Procuradoria da Fazenda Nacional, o ajuizamento da Execução Fiscal, sendo que, só em 06.10.2013, a BASES foi citada, apresentando defesa, dentro do prazo legal em 11.10.2013, por meio de Exceção de Pré-Executividade protocolizada no processo de Execução Fiscal, bem como através de Pedido de Revisão de Débito Inscrito em Dívida Ativa apresentado de forma administrativa e oferecimento das garantias, em imóveis R\$ 42 milhões, e o restante, caso a justiça aceitasse, em depósito judicial. A Fazenda Nacional apresentou resposta, ao juízo, rejeitando a Exceção de Pré-Executividade apresentada, sob o fundamento genérico o que não seria possível em sede de Exceção de Pré-Executividade, porém a BASES só foi intimada a se manifestar em 14.01.2014. Em 24.01.2014, apresentamos Embargos de Declaração, demonstrando que o conjunto probatório carreado aos autos, conduziria à conclusão de provas pré-constituídas a respaldar a Exceção de Pré-Executividade. Em 16.10.2015, a Procuradoria Geral da Fazenda, procedeu à retificação da CDA (Certidão da Dívida Ativa) com redução do débito de R\$61.533 (valor atualizado) para R\$55.508, resultando em um benefício econômico concreto de R\$6.024. A Entidade manteve em 2016, o valor de R\$23.603 o mesmo de 2015, conforme orientação do Escritório contratado. No momento os autos encontram-se conclusos, a BASES aguarda a decisão do Juízo.

Apesar de os consultores jurídicos entenderem que a expectativa de perda desta ação é possível, em face às incertezas inerentes ao assunto discutido no processo a Administração da BASES julgou ser razoável constituir provisão para perda neste montante.

13. PATRIMÔNIO SOCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

13.1 Patrimônio de Cobertura do Plano

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, conforme descrito na nota explicativa nº 04, item

A partir de 2015, a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, com redação dada pela Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits ou destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial). Esta Resolução determina que o resultado superavitário do plano seja destinado à constituição de reserva de contingência, até o menor limite entre:

- (i) 25% do valor das provisões matemáticas (PM) ou
- (ii) $[10\% + (1\% \times \text{duration do passivo do plano})] \times \text{PM}$.

O patrimônio de cobertura dos planos apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Plano Básico		
Provisões Matemáticas		
Benefícios concedidos	572.686	540.747
Benefícios a conceder	42.181	41.107
Total das Provisões Matemáticas	614.867	581.854
Superávit Técnico Acumulado		
Reserva de Contingência	4.355	5.887
	4.355	5.887
Fundos		
Fundo de Investimentos	17	40
	10	40
Total do Plano Básico	619.239	587.781

	2016	2015
Plano Misto		
Provisões Matemáticas		
Benefícios concedidos	114.056	84.768
Benefícios a conceder		41.107
Contribuição Definida		
Saldo de contas - Parcela Patrocinador	20.244	20.488
Saldo de contas - Parcela Participantes	101.593	107.564
Benefício Definido	51.721	57.183
Total das Provisões Matemáticas	287.614	270.003
Superávit Técnico Acumulado		
Reserva de Contingência	10.275	8.435
	10.275	8.435
Fundos		
Fundo de Investimentos	1.220	1.002
	1.220	1.002
Total do Plano Misto	299.109	279.440

	2016	2015
Plano de Gestão Administrativa		
Fundos		
Fundo Administrativo	15.109	14.476
Total do PGA	15.109	14.476
Total do Patrimônio Social	933.457	881.697

Abaixo descrevemos as premissas e hipóteses atuariais utilizadas na avaliação de 2016 e 2015:

	2016	2015
Plano Básico		
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 15% segregada por sexo)	AT-2000 (desagravada em 13%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte agravada 5%	Light Forte agravada 5%
Taxa de juros anual	5%	5%
Nível de inflação anual	INPC	INPC
Crescimento salarial	1,83%	Nulo
Tábua mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Crescimento Real do SRB	3,00%	-

	2016	2015
Plano Misto		
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 15% segregada por sexo)	AT-2000 (desagravada em 13%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte agravada 5%	Light Forte agravada 5%
Taxa de juros anual	4,75%	4,75%
Nível de inflação anual	IGPM	IGPM
Crescimento salarial	Não aplicável	Não aplicável
Tábua mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83

Os Órgãos de Gestão, respaldadas no estudo de aderência realizado durante o exercício de 2016, entende que as premissas e hipóteses atuariais adotadas, deveriam ser aprimoradas, em relação a 2015. No que se refere a ajustes e adoções de novas hipóteses, as tábuas de mortalidades que foram desagravadas em 15% e segregadas por sexo, nos Planos Básico e Misto e inclusão das premissas: crescimento salarial e crescimento real do Salário Real de Benefício- SRB no Plano Básico. Tais alterações geraram um acréscimo nas provisões matemáticas do Plano Básico no valor de R\$11.640 e no Plano Misto de R\$4.268.

Os Fundos de Investimento (quitação de empréstimos) são constituídos com a sobretaxa de 0,90% para o Plano Misto e 3,00% para o Plano Básico, sobre as operações de empréstimos aos participantes, para dar cobertura a eventuais riscos de contratos de mútuos, conforme decisão do Conselho Deliberativo.

O Fundo Administrativo é constituído com as sobras do Custeio Administrativo, adicionado ao rendimento dos recursos administrativos, deduzidas as despesas administrativas e constituição ou reversão das contingências administrativas.

14. COBERTURA DE SEGURO

É política da BASES manter cobertura de seguros para os investimentos imobiliários e instalações do seu imóvel sede por montantes considerados suficientes para fazer face aos riscos envolvidos.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da BASES encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de políticas de controles e de estratégias operacionais de avaliação de riscos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente de taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos ativos financeiros não divergem significativamente dos seus valores contábeis, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

Avaliação Atuarial Extraordinária

Em 2015 foi realizada uma avaliação atuarial extraordinária no Plano Básico com base em 31/05/2015, em virtude de ter sido observada uma inconsistência no cálculo do Salário Real de Benefício SRB, resultando na elevação da estimativa de pagamentos de Benefícios a Conceder pelo referido Plano. A diferença apurada através da utilização da nova base de dados cadastrais, já considerando os ajustes efetuados no cálculo do Salário Real de Benefício SRB, posicionada em 30/04/2015, acarretou uma redução de R\$ 14.348 nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder do Plano.

Cenário Econômico

Com relação ao PIB- Produto Interno Bruto, de acordo com o relatório FOCUS do Banco Central do Brasil de 30 de dezembro de 2016, último do ano, a expectativa é de uma retração de 3,49% para 2016, primeira vez que o País enfrenta dois PIBs negativos consecutivos, em 2015 o PIB foi de -3,80%.

Com relação ao mercado acionário o Índice Bovespa (Ibovespa) fechou 2016 com uma variação nominal de 38,93% e com um índice de fechamento nominal de 60.227 pontos. O desempenho positivo ficou por conta do fator político com a troca de Governo e a valorização das commodities.

O IPCA- Índice de Preços ao Consumidor Amplo, índice oficial da inflação brasileira, fechou 2016 com uma variação de 6,29% em 2016. Dentro da meta estipulada pelo Banco Central onde a meta central para 2016 era de 4,5% com um intervalo para o IPCA que poderia oscilar entre 2,5% e 6,5%, sem que a meta fosse formalmente descumprida. Em 2015, o índice havia avançado 10,67%.

Desempenho dos Planos de benefícios administrados pela Bases em 2016

Os investimentos consolidados fecharam o ano de 2016 em R\$ 935 milhões, a evolução líquida em relação ao ano de 2015 foi de 4,77%, essa evolução corresponde a um montante de R\$42 milhões. Os ativos estavam distribuídos da seguinte forma: Renda Fixa 93,78% equivalente a R\$ 877 milhões; Imóveis 4,54% equivalente a R\$ 42 mil e Empréstimos a Participantes 1,68%

equivalente a R\$16 milhões.

Do total consolidado dos investimentos, 32,51%, ou seja, R\$ 304 milhões correspondem ao Plano Misto. Já o Plano Básico corresponde a 67,49%, ou seja, R\$ 631 milhões do total dos Investimentos.

Rentabilidade

A rentabilidade dos ativos dos planos de benefícios Básico e Misto da BASES ficaram acima das suas metas atuariais, TMA Taxa Mínima Atuarial INPC+5,00%aa e IGP- m+4,75%aa respectivamente. O Plano Básico encerrou 2016 com uma rentabilidade de 12,67% contra uma TMA de 11,90%, ficando acima em 0,68%. Já o Plano Misto I encerrou 2016 com uma rentabilidade de 14,02% contra uma TMA de 12,28%, ficando acima em 1,15%.

Em relação ao Plano Básico a rentabilidade no segmento de Renda Fixa foi de 13,07% acima em 1,05% da meta atuarial, TMA Taxa Mínima Atuarial INPC+5,00%aa de 11,90% em 2016. No segmento de Empréstimos a rentabilidade foi de 16,24% contra meta atuarial, TMA Taxa Mínima Atuarial INPC+5,00%aa de 11,90% em 2016, indicando que o segmento encontra-se 3,88% acima da sua meta de rentabilidade. No segmento de Estruturados a rentabilidade foi de 12,19% contra meta atuarial, TMA Taxa Mínima Atuarial INPC+5,00%aa de 11,90% em 2016, indicando que o segmento encontra-se 0,26% acima da sua meta de rentabilidade. No segmento de imóveis a rentabilidade foi de -2,73% contra meta atuarial, TMA- Taxa Mínima Atuarial INPC+5,00%aa de 11,90% em 2016. Indicando que o segmento encontra-se 13,07% abaixo da sua meta de rentabilidade. Tal desempenho se deu devido ao processo de alienação do Imóvel Ed. Bahia Mar e vacância de alguns imóveis da BASES.

Em relação ao Plano Misto a rentabilidade no segmento de Renda Fixa foi de 13,95% acima em 1,49% da meta atuarial, TMA Taxa Mínima Atuarial IGP-M+4,75%aa de 12,28% em 2016. No segmento de Empréstimos a rentabilidade foi de 17,43% contra benchmark meta atuarial IGP-M + 4,75% a.a. de 12,28% em 2016, indicando que o segmento encontra-se 4,59% acima da TMA.

A BASES, na aplicação dos recursos dos planos, observa os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência. Exerce suas atividades com boa fé, lealdade e diligência. Zela por elevados padrões éticos e adota práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos seus participantes. A estratégia adotada pela Fundação é acompanhada e reavaliada constantemente, possibilitando que os eventuais desvios sejam corrigidos e que as mudanças no ambiente econômico sejam refletidas na Política de Investimentos.

Todo esse acompanhamento reflete numa gestão transparente voltada ao objetivo primordial da BASES que é instituir e operar planos de benefícios previdenciários, destinados aos empregados, e seus beneficiários, dos Patrocinadores da Entidade, promovendo o bem-estar social dos seus destinatários. Superar as metas atuariais é condição primordial quando se fala em gestão de investimentos. Garantir um conforto financeiro aos seus participantes, tornou-se uma luta diária da BASES que vem desempenhando este papel de forma vitoriosa ao longo de sua história.

OFND - OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Em 1986, o Poder Executivo Federal expediu o Decreto-Lei nº 2.228, criando o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), cujo objetivo era captar recursos junto a investidores privados. Seu art. 7º estabelecia a obrigatoriedade das entidades fechadas de previdência privada (com patrocinadores oriundos do setor público federal e estadual) aplicarem 30% (trinta por cento) de suas reservas técnicas nas "Obrigações" desse Fundo (OFND), com prazo de 10 anos e variação equivalente à OTN (Obrigação do Tesouro Nacional).

Em 27/11/2015 foi enviada Petição de Liquidação- Proc. nº 0145892-43.2015.4.02.5101-5ª VFRJ- no valor de R\$ 605.048.102,26, Grupo 11 Entidades: BASES, FUNSSEST, FUNBEP, CAPEF, NUCLEOS, FEMCO e PREBEG.

Em 16/02/2016 foi feita Petição para juntada de certidão do trânsito em julgado do acórdão proferido pela 7ª turma do TRF2 do Grupo 11 ao qual a BASES faz parte.

Considerando que, o registro contábil da receita de investimentos, decorrente dessa decisão judicial, depende ainda de confirmações futuras e ajuste nos valores estimados, bem como de acordo com o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC, com a Resolução CMN nº 3.792/09 e com a Orientação CVM nº 15/87, a BASES não efetuou contabilização desse possível acréscimo aos investimentos, principalmente com o objetivo de evitar quaisquer registros contábeis que possam gerar dúvidas a respeito da posição financeira da entidade apresentada a cada exercício social.

A BASES continuará acompanhando o processo e o andamento das ações referentes a OFND, avaliando oportunamente a possibilidade de reconhecimento do direito e respectivo crédito.

Transferência do gerenciamento dos planos previdenciais

Em junho de 1999, ocorreu leilão para privatização do Banco do Estado da Bahia BANEBA, tendo sido o mesmo adquirido pelo Banco Bradesco. A partir do ano de 2000, o principal patrocinador dos Planos de Benefícios da BASES passou a manifestar a intenção de retirada do patrocínio tendo sido impetrado processo administrativo contra tal intenção.

Em 07 de julho de 2006 foi publicada a Portaria SPC/DETEC/CGAT nº 481, datada de 06 de julho de 2006, determinando a transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios da BASES para o Multipensions Bradesco, solicitada por este em 16 de novembro de 2005. Essa Portaria veio a ser anulada posteriormente por cerceamento de defesa, reabrindo o processo para manifestação da BASES.

Após as manifestações da BASES, contrárias a transferência de gerenciamento, foram editadas novas Portarias pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, de nºs 1.383 e 1.384, datadas de 07 de agosto de 2007, autorizando, novamente, a transferência de gerenciamento.

Em março de 2008, a BASES ajuizou Ação Cautelar, obtendo liminar, posteriormente confirmada por sentença, que suspendeu os efeitos das Portarias 1.383 e 1.384 até julgamento definitivo da Ação Anulatória também ajuizada pela BASES.

Em setembro de 2015, a PREVIC Secretaria de Previdência Complementar, atendendo à solicitação do MultiPensions Bradesco, encaminhou à BASES o Ofício de nº 2395/CGTR/DITEC/PREVIC definindo que a Entidade procedesse, em 30 (trinta) dias, a transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios, com a alegação de que não havia impedimento processual para o cumprimento das Portarias n.º 1383/2007 e 1384/2007.

Ciente de estar amparada por argumentos que estão de acordo com a legislação, a BASES interpôs, no dia 24 de setembro de 2015, uma Cautelar Inominada no Tribunal Regional Federal 1ª Região pedindo a anulação da determinação imposta pela Previc, de modo a salvaguardar os direitos da Entidade e de seus Participantes. O Desembargador deferiu a favor da BASES, determinando que aquele Órgão se abstenha de exigir da Fundação a transferência, para o MultiPensions Bradesco, do gerenciamento dos Planos de Benefícios Previdenciários.

Paralelamente à Ação Cautelar, a BASES interpôs Recurso Administrativo junto à Superintendência de Previdência Complementar pedindo reconsideração da decisão contida no Ofício 2395/CGTR/DITEC/PREVIC. Em 7 de outubro de 2015, foi publicado no Diário da Justiça Federal, a decisão proferida pelo TRT 1ª Região, para que a PREVIC se abstenha de exigir da BASES a transferência dos planos para o Multipensions Bradesco.

O MultiPensions Bradesco ingressou, no dia 13 de outubro de 2015, com um Agravo Regimental, e a Previc interpôs Embargos de Declaração, no dia 16 de outubro de 2015, contestando a decisão do Desembargador. Ambos estão pendentes de julgamento.

A Entidade continua aguardando decisão referente à Ação Cautelar, que tramita na 7ª Vara Federal e em paralelo no TRF 1ª Região, ambas em grau de recurso.

Dirlene Rios da Silva
Presidente
CPF-248.135.755-87

Jorge Luiz de Souza
Diretor Administrativo Financeiro
CPF-100.822.555-04

Luiz Cassimiro Lopes de Araujo
Contador-CRC/BA-11236/O-0
CPF-178.290.895-15

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Diretores e Conselheiros da
Fundação BANEBS de Seguridade Social – BASES
Salvador – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação BANEBS de Seguridade Social – BASES (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação BANEBS de Seguridade Social – BASES e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Precificação das Obrigações Atuariais e Equilíbrio Técnico

As Resoluções CNPC n.ºs 15 e 16, de 19.11.2014, estabeleceram novas regras a partir do balanço do exercício 2015, relativos às condições e procedimentos relacionados à solvência dos planos de benefícios, assim resumidos:

- (i) - regras de precificação das provisões matemáticas, quando a taxa de juros real anual da rentabilidade esperada dos investimentos é utilizada também para atualização dos compromissos atuariais de cada Plano;
- (ii) - estabelecido o conceito de “duração do passivo”, que deverá ser observado para gerenciamento dos Planos em suas características e especificidades, e corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios, líquidos das correspondentes contribuições;
- (iii) - novas condições e procedimentos a serem observados a partir da apuração de superávit e déficit dos planos previdenciais, que compõem o equilíbrio técnico contabilizado e evidenciado no balanço. As sobras ou insuficiências, apuradas e contabilizadas nos planos previdenciais, somente poderão ser destinadas ou equacionadas, respectivamente, após a inserção dos valores oriundos do “Ajuste de Precificação” dos Títulos Públicos Federais, positivo ou negativo. O montante correspondente ao referido ajuste não é contabilizado, mas deve ser apresentado em demonstração contábil complementar e as devidas descrições constam nas notas explicativas.

Dessa forma, os efeitos decorrentes dos estudos técnicos gerenciais e respectivas apurações referentes à “duração do passivo”, ao “ajuste de precificação de títulos públicos” e ao “equilíbrio técnico ajustado” não são objeto de contabilização e, por conseguinte, não estamos expressando opinião sobre esses efeitos divulgados pela Entidade.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, consoante as normas e procedimentos contábeis aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar naquele exercício, que emitiram relatório datado de 18 de março de 2016, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma

de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador – BA, 28 de março 2017.

PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PE – 000680/O-0 – “S” – BA

Paulo de Tarso M. Malta Jr
Contador – CRC-PE – 0018346/O – “S” – BA

▮ Parecer do Conselho Fiscal

O CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO BANEBA DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES, no cumprimento de suas atribuições, contidas nos incisos II e V do art 52 do estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 30 (trinta) dias do mês de março de 2017, para analisar e emitir parecer sobre os relatórios e demais documentos pertinentes aos demonstrativos contábeis, referentes ao exercício social de 2016, compostos de: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstração da Mutaçãõ do Patrimônio Social consolidada, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada, Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstração da Mutaçãõ do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefício previdencial e respectivas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva da BASES, e considerando ainda o Parecer do Atuário e o Relatório do Auditor Independente, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis da BASES relativos ao exercício de 2016.

Salvador (BA), 30 de março de 2017.

Antonio Martins Neto
Presidente

Dijalma Pacheco dos Santos
Conselheiro

Odeval Fonseca de Araújo
Conselheiro

▮ Manifestação do Conselho Deliberativo

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO BANEBA DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES, no cumprimento de suas atribuições, contidas no inciso V do art. 38 do estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 31 (trinta e um) dias do mês de março de 2017, para analisar os relatórios e demais documentos pertinentes aos demonstrativos contábeis, referentes ao exercício social de 2016, compostos de: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstração da Mutaçãõ do Patrimônio Social consolidada, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada, Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstração da Mutaçãõ do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefício previdencial e respectivas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva da BASES, alicerçado ainda nos Pareceres do Atuário, do Relatório do Auditor Independente e do Parecer do Conselho Fiscal, homologa a aprovação do Relatório Anual e Prestação de Contas, contidos nas Demonstrações Contábeis da BASES relativos ao exercício de 2016.

Salvador (BA), 31 de março de 2017.

Adenivaldo Nunes de Almeida
Presidente

Antônio Alberto Pinto Brandão de Souza
Conselheiro

Eduardo Augusto Furtado Correa
Conselheiro

Marco Antônio Corrêa Santos
Conselheiro

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2016

Publicação produzida pela área de Comunicação da Fundação BASES e dirigida a seus participantes ativos e assistidos.

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Eliana Gentili (MTBA n.º 2694)



bases

FUNDAÇÃO BANEDE DE
SEGURIDADE SOCIAL

planejar para viver melhor

FUNDAÇÃO BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES

Rua da Grécia, n.º 8, Ed. Serra da Raiz, 9º andar, Comércio CEP.: 40.010-010 Salvador- BA

www.facebook.com/fundacaobases

www.bases.org.br